

**ATA N.º 9/2018**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2018:**

No dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e catorze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

**A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:**

**PONTO 1** – 4.<sup>a</sup> Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021

**PONTO 2** – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Passos e Compassos – Associação para a Divulgação e o Desenvolvimento das Artes do Espetáculo

**PONTO 3** – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização da 3.<sup>a</sup> edição do Mercado Caramelo

**PONTO 4** – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da 22.<sup>a</sup> edição das Festas Populares de Pinhal Novo

**PONTO 5** – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de São Gonçalo

**PONTO 6** – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Palmela – Festas das Vindimas para a realização da 56.<sup>a</sup> edição da Festa das Vindimas

**PONTO 7** – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 23.<sup>a</sup> Mostra de Vinhos em Fernando Pó

**PONTO 8** – Retificação do traçado do topónimo “Rua João Cardoso Maçarico”

Requerente: Junta de Freguesia de Palmela. Proc.º Top-47/09. Local: Aires - Palmela

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **APROVAÇÃO DE ATA**

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 6/2018, da reunião ordinária de 21 de março de 2018.

**A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Palmira Hortense, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.**

### **DESPACHOS EMITIDOS PELO SR./A DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

#### **No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e pela Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 04.04.2018 e 17.04.2018.

### **DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

#### **No âmbito da Divisão de Administração Urbanística**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 13.04.2018 a 02.04.2018.

## **CONTABILIDADE:**

### **Pagamentos autorizados:**

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 04.04.2018 a 17.04.2018, no valor de 1.487.739,31 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e nove euros e trinta e um cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

## **TESOURARIA:**

### **Balancete:**

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 17.04.2017, apresenta um saldo de 7.112.538,56 € (sete milhões, cento e doze mil, quinhentos e trinta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.134.424,74 € (seis milhões, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e setenta e quatro cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 978.113,82 € (novecentos e setenta e oito mil, cento e treze euros e oitenta e dois cêntimos).

### **O Sr. Presidente regista que deram entrada na reunião os seguintes documentos:**

. **Saudação** (44.º aniversário da Revolução do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Liberdade) – dos/a eleitos/a da CDU e duas **Moções** (Comemoração do 25 de Abril) e (1.º de Maio – Dia do Trabalhador) dos/a eleitos/a do PS.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** solicita o uso da palavra para mencionar que as duas Moções do PS antes mencionadas possam ser alteradas para Saudações. Assim foi considerado.

### **O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

. **Saudação** (44.º aniversário da Revolução do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Liberdade).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (Comemoração do 25 de Abril)

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação** (1.º de Maio – Dia do Trabalhador)

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

O **Sr. Presidente** passa à apresentação da Saudação a seguir transcrita:

**. Saudação** (44.º aniversário da Revolução do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Liberdade)

“Falar do 25 de Abril, em Portugal, é falar de esperança e de sonho concretizado, é homenagear a resistência e a luta, é celebrar essa revolução pacífica, cujo exemplo ecoa, ainda, no mundo, ao som de “Grândola, Vila Morena”. A Liberdade que surge, e bem, associada a estas datas não pode, pois, ser vivida de forma envergonhada, nem pode ser mutilada pela memória que se desvanece ou pelos atropelos que se consentem. Significa isso que temos que ver cumpridos, em todos os quadrantes do quotidiano das pessoas, os valores defendidos em 1974.

A progressiva recuperação dos direitos perdidos ao longo desta década - com medidas como a reposição de salários, o alargamento e a majoração de abonos de família, o descongelamento da progressão nas carreiras da Administração Pública, o desagramento fiscal sobre os rendimentos do trabalho, a atualização das reformas ou o alargamento do apoio às/aos desempregadas/os de longa duração – não nos pode fazer esquecer os graves problemas que subsistem, em áreas-chave para a qualidade de vida das populações e para o progresso de um país que se quer de referência. Falamos, por exemplo, da saúde, da educação e da cultura, onde o continuado desinvestimento criou situações que se aproximam da rotura. Falamos, também, de um futuro de qualidade para as nossas crianças e para as/os jovens, cujo capital de esperança tem de encontrar correspondência na sociedade, com mais emprego, mais segurança, mais oportunidades para a realização pessoal, familiar e profissional.

Num momento em que a situação económica do país regista assinaláveis melhorias, a folga orçamental gerada deve ser canalizada, não para resolver os intermináveis problemas da banca, não para ir ainda mais longe na redução do défice do que o estimado em cada ano, mas para o reforço da dotação do Serviço Nacional de Saúde, da requalificação do parque escolar, da contratação de médicas/os, enfermeiras/os, professoras/es, do apoio às estruturas culturais e às instituições particulares de solidariedade social. E para o descongelamento dos salários da função pública, que continuam por atualizar.

Celebrar o 25 de Abril é, também, assinalar o 44.º aniversário do 1.º de Maio em Liberdade e manter a luta por melhores condições de trabalho. A revogação da caducidade dos contratos coletivos é, desde logo, uma das batalhas que continuam a ser travadas, a par do combate à

precariedade e da exigência de salários dignos, numa justa repartição da riqueza. Como foi possível perceber, nos últimos meses, a reposição de direitos e de rendimentos às/aos trabalhadoras/es e pensionistas teve reflexos positivos imediatos na dinamização do consumo interno e na recuperação económica do país. Mas a luta tem de ser ainda mais ambiciosa e pugnar por mais investimento na produção nacional, por formação mais qualificada, por mais oportunidades para as/os jovens em busca do primeiro emprego, por horários dignos, por maior capacidade de conciliação entre os mundos profissional e familiar.

Um país com trabalho de qualidade, mais solidário, mais saudável e mais educado é um país de sucesso, mais atrativo e capaz de assumir, verdadeiramente, o seu papel estratégico na geopolítica mundial.

O pequeno Portugal, plantado à beira do Atlântico, sonhou, desde cedo, muito além das suas fronteiras e semeou laços em todos os continentes, deixando e recolhendo influências culturais que, hoje, têm um reflexo positivo na sua vocação diplomática. A procura da verdade e a capacidade para observar as diferentes perspetivas de uma mesma questão, acima de lealdades cegas ou de redes de desinformação que procuram controlar as narrativas, fazem parte do mesmo "ADN" onde a palavra Liberdade se inscreve, orgulhosa. Nesta "aldeia global", importa não esquecer que, quando a Paz e os direitos da Humanidade são postos em causa noutros pontos do globo, é, também, a nossa realidade, a nossa Paz e os nossos direitos que estão sob ameaça.

As comemorações do 25 de Abril são, anualmente, motivo de festa e homenagem, em que se lembra o antes e o depois de 74, sublinhando a evolução e as conquistas. Porque esta é, também, a grande festa do Poder Local Democrático, que se afirma em cada concretização deste concelho. Aquele que é o patamar do Estado que mais tem contribuído para a qualificação do território e para a resposta às necessidades das pessoas – tantas vezes abandonadas pelo Estado central – tem vindo a assumir cada vez mais competências e atribuições, em áreas centrais para a qualidade de vida das comunidades e para o seu desenvolvimento. Paralelamente é neste nível de gestão, que a participação cidadã mais se faz sentir, numa relação direta e privilegiada entre autarquias e populações, que permite a resolução rápida do problema concreto mas, também, a discussão das linhas estratégicas de trabalho e da visão que queremos para o futuro.

No concelho de Palmela, o 44.º aniversário da Revolução será assinalado com espetáculos musicais, oficinas infantis, exposições e momentos solenes, sem esquecer o início simbólico de obras importantes para as comunidades, num riquíssimo programa dinamizado, em parceria, pelo Município, pelas Juntas de Freguesia e pelo movimento associativo.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, a 18 de abril de 2018, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o 44.º aniversário do 25 de Abril e convida todas/os as/os autarcas, associações, organizações, trabalhadoras/es e populações do concelho de Palmela a

associarem-se ao programa comemorativo, contribuindo para esta grande festa da democracia e da participação cidadã.

Que a delicada situação que se vive em tantos países, quer fruto de questões internas, quer pelo conflito externo e pressões internacionais, nos leve, também, a refletir sobre o verdadeiro significado da Liberdade e de que forma poderemos fazer dela um “farol”, partilhando o nosso exemplo com o mundo.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1.º de Maio!”

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** passa à apresentação da Saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Comemoração do 25 de Abril)

“Madrugada de 25 Abril de 1974, há 44 anos o país acordava com a notícia que há muito esperava, a ditadura caía pela luta e pela força de um povo que ansiava a liberdade, aliada à coragem dos militares de Abril.

Comemoramos a ação histórica dos capitães do MFA que tornaram diferentes os nossos dias, o nosso futuro, como escreveu a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres, habitamos a substâncias do tempo”

O povo saiu à rua, saudou os militares com cravos vermelhos, e o dia começava limpo e inteiro em que o silêncio foi interrompido com vivas à liberdade, à democracia, à libertação dos presos políticos, ao fim da guerra colonial e à justiça social.

Portugal e os portugueses renasciam da escuridão, da opressão, da censura, do exílio, da prisão.

E foram muitos e muitas que resistiram e contribuíram para a consciencialização política de um povo que se foi recusando, cada vez mais, a estar adormecido.

**Saudamos** hoje e sempre a luta política preconizada e protagonizada por muitos homens e mulheres, trabalhadores, estudantes, intelectuais que durante os 48 anos de ditadura se entregaram, na clandestinidade, na prisão, no exílio, muitos com a sua própria vida, à luta contra aqueles que nos faziam viver em servidão, mas como diz o poeta Manuel Alegre em “Trova do vento que passa”

“Mesmo na noite mais triste  
em tempo de servidão  
há sempre alguém que resiste  
há sempre alguém que diz não.”

Nesse dia a democracia tinha o caminho aberto para o voto livre, para a liberdade de imprensa e de expressão, para a liberdade de reunião e associação.

A revolução dos cravos permitiu iniciar-se a construção dos pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária.

Construíram-se novas escolas e abriram-se as portas da escola pública a todos e a todas independentemente da cor, do género ou classe social; construiu-se um serviço nacional de saúde; construiu-se comunicação, pelas estradas, pela rádio, pela televisão, pelas novas tecnologias.

Um país novo começava a ser mais que um sonho, começava a ser uma realidade nova que nunca poderemos deixar de enaltecer e de assinalar.

Mas se o dia tem de continuar a ser de festa não podemos perder utopia que nos acompanhou durante os primeiros anos de liberdade, e que não pode desaparecer, porque e citando Eugénio de Andrade "o mundo é conduzido por loucos e ambiciosos, que só têm em mira o êxito e o lucro, estão-se nas tintas para as preocupações dos poetas, que são, como toda a gente sabe, seres da utopia, essa utopia sem a qual não há progresso."

Abril renasce hoje como uma nova esperança que nos permite reforçar a democracia a liberdade a esperança nesta "nesga de terra", e aprofundar os pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária.

As portuguesas e os portugueses voltam a acreditar que é possível continuar a construir um futuro melhor e a melhorar os seus direitos.

Palmela é um concelho particularmente marcado por abril e pelos valores da liberdade, da paz e da justiça que o caracterizam. É um concelho do associativismo, da mobilização popular e da participação cívica, de dezenas de associações, clubes e coletividades desenvolvem atividade notável.

Somos um concelho de Abril!

Abril valeu a pena e tem que continuar a valer a pena.

Viva o 25 de Abril.”

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** passa à apresentação da seguinte Saudação:

. **Saudação** (1.º de Maio – Dia do Trabalhador)

“O Dia do Trabalhador, celebrado a 1 de maio, tem a sua origem em 1886 nos Estados Unidos, data da primeira grande manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago e que originou uma greve geral em todo o país norte-americano.

Em Portugal, os trabalhadores Portugueses assinalaram o 1.º de maio no primeiro ano da sua celebração internacional, em 1890.

Mas o 1.º de maio consubstancia-se em mais do que uma celebração internacional da união dos trabalhadores, em mais do que o reconhecimento dos primórdios das organizações de defesa dos trabalhadores e ainda em mais do que o assinalar das primeiras reivindicações de direitos laborais.

O 1.º de maio é a celebração de um progresso civilizacional, é o reconhecimento de que as mulheres e homens que trabalham não são números, máquinas ou ferramentas de trabalho, mas são sim, acima de tudo, seres humanos, portadores de deveres, direitos, liberdades e garantias, bem como de legítimas aspirações a condições de vida e de trabalho melhores e mais dignas.

Esta consciência coletiva da nossa humanidade, surge do confronto com as condições de trabalho e desumanidades a que os trabalhadores foram sujeitos na era da revolução industrial. Graças ao 1º de maio conquistou-se o Direito a sermos Trabalhadores que constroem e criam e a sermos reconhecidos, recompensados e dignificados pelo nosso trabalho.

A titularidade de direitos laborais é uma conquista civilizacional realizada por todos aqueles que trabalham, uma conquista que ainda hoje, tal como no passado se realiza.

Uma luta que resiste e persiste enquanto existir o desejo de progresso humano.

Neste dia, onde se assinalam tantas lutas travadas e tantas outras ainda por travar, evocar e celebrar o 1º de maio é lutar pela dignificação do valor do trabalho, por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego e contra a precariedade, assim como pela igualdade entre homens e mulheres e pela constante qualificação dos trabalhadores.

Neste 1º de maio que mais uma vez celebramos nunca é demais saudar e prestar tributo a todos os trabalhadores, mulheres e homens, que diariamente constroem com as suas mãos e esforço, a nossa sociedade em todas as áreas do trabalho, e em particular todas as jovens gerações que procuram agora o seu lugar no mercado de trabalho, e que lutam para permanecer no nosso país e aqui construir o seu e o nosso futuro, por um Portugal Melhor, com mais crescimento, melhor trabalho e maior igualdade.”

**Sobre as Saudações (44.º aniversário da Revolução do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Liberdade), (Comemoração do 25 de Abril) e (1.º de Maio – Dia do Trabalhador) intervêm:**

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que muito sinteticamente votará favoravelmente todas as saudações, quer a do 1º de Maio, a do 25 de Abril e a saudação que mistura as duas datas, uma vez que, tem sempre esta posição em datas emblemáticas que marcam a vida em sociedade, como é o caso do 25 de Abril, particularmente



em Portugal e que diz muito aos portugueses e, no geral o 1.º de Maio que é uma data universal. Refere que prefere cingir-se mais ao significado da data, à importância de todos os dias, para contribuírem, para construírem uma sociedade livre, justa, com respeito pela democracia e com respeito pelas opiniões de cada um. Simultaneamente no caso do 1.º de Maio, pelos direitos e pelas aspirações legítimas dos trabalhadores e considera que é isso que, em datas destas, devem sempre procurar afirmar e não para, muitas vezes, usar as datas para fazer o jogo do dia-a-dia político-partidário, das diferenças que todos têm e que devem ter, aliás, devem continuar a ter, porque é também essa, uma conquista de Abril, o respeito pelas divergências, pelas diferenças e pelas opiniões que cada um tem. Importa realçar a liberdade que se construiu, que se conquistou há 44 anos e que devem lembrar todos os dias, porque para muitos a liberdade era um dado adquirido desde o nascimento, para outros não era assim, mas a liberdade constrói-se todos os dias e é, todos os dias devem recordá-la e contribuir para a sua manutenção. Simultaneamente, o Dia do trabalhador é um dia, que não tem já o significado que tinha quando foi criado, porque, felizmente muitos daqueles direitos que os trabalhadores e as trabalhadoras lutavam na altura, alguns estão conquistados, alguns infelizmente, verifica-se alguma regressão, mas também é verdade que há novas aspirações dos trabalhadores, fruto de uma sociedade que, um século, dois séculos depois, tem novas formas de agir, de organizar, e que também aí, no dia-a-dia, o direito dos trabalhadores deve ser respeitado por todos, dando-lhe uma nova força e uma nova diversidade, portanto, não queria deixar de se associar a estas três saudações, do 1º Maio, do 25 de Abril e, naturalmente, votando, favoravelmente as três saudações.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que há uns dias atrás, relacionado com esta temática, questionava-se sobre qual teria sido o dia mais feliz da sua vida. Refere que é natural pensarem logo nos filhos, curiosamente não pensam logo no casamento, mas sim nos filhos, mas a verdade é que quando pensam nos filhos, pensam numa continuidade e talvez por egoísmo, pensem nos filhos. Contudo, não tem dúvidas e pensando bem, conhecendo o Portugal que era antes do 25 de Abril e estão presentes outras pessoas que o viveram também e, aquilo que é depois do 25 de Abril, não tem dúvidas que o dia mais maravilhoso da sua vida foi, o dia 25 de Abril. O dia 1º de Maio, por outras razões, como é natural, porque como tentavam celebrar antes do 25 de Abril, na ditadura fascista, quer a de Salazar, quer de Marcelo Caetano, porque não deixou de ser ditadura fascista, apesar do branqueamento no tempo de Marcelo Caetano e há provas disso. É algo que despontou, porque se não fossem, de facto, os trabalhadores a tomar ao longo de muitos anos a resistência, não se viria que se poderia celebrar em liberdade, em plena liberdade, o 1º de Maio.

Aproveita para fazer uma homenagem à Sophia de Mello Breyner, com o poema 25 de Abril, é muito curto, mas pensa que merece a concordância de todos e que diz exatamente o que foi o 25 de Abril:

“Esta é a madrugada que eu esperava  
O dia inicial inteiro e limpo  
Onde emergimos da noite e do silêncio  
E livres, habitamos a substância do tempo”

Considera que diz tudo sobre o 25 de Abril, entre a noite e o dia, entre a escuridão e a luz, e como não podia deixar de ser, o Elogio da dialética, de Bertolt Brecht que, também fala da luta dos trabalhadores e da capacidade em dizer “não”:

A injustiça avança hoje a passo firme  
Os tiranos fazem planos para dez mil anos  
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são  
Nenhuma voz além da dos que mandam  
E em todos os mercados proclama a exploração;  
Isto é apenas o começo  
Mas entre os oprimidos, muitos há, que agora dizem  
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos  
  
Quem ainda está vivo não diga: nunca  
O que, é seguro, não é seguro  
As coisas não continuarão a ser como são  
Depois de falarem os dominantes  
Falarão os dominados...”

O **Sr. Presidente** convida o Sr. Vereador Adilo Costa para estar presente, no dia 27 de abril, no encontro mensal de poetas na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, no qual vai ser homenageado Herberto Helder e, portanto, poderá recitar mais poemas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** recorda que Sophia de Mello Breyner e outros poetas, tantos outros poetas da poesia portuguesa que é tão rica, falaram e celebraram Abril nas suas obras, mas como referia o Sr. Vereador Adilo Costa, esta e que foi citada também, na saudação do PS, é talvez, um poema que faz a diferenciação entre a noite e o dia, entre a tirania e a liberdade, isso é fundamental, o país é hoje, um país livre, com liberdade, é um país em que se sente essa liberdade como um património seu, não apenas de alguns, mas de todos, da cultura, da economia, do sindicalismo, dos trabalhadores, que enfim, é um país de todos, no fundo, o futuro e todos continuarão a lutar, às vezes com diferenças, mas o 25 de Abril também é isso, é uma unidade na diversidade e essa unidade na diversidade é que enriquece o 25 de Abril e que o leva às lágrimas ainda hoje, e admite ainda hoje, ser um pouco sensível, quando ouve a “Grândola Vila Morena”, porque, efetivamente, ela representa tudo o que há de mais belo e de mais importante que salvaguardaram, que é a liberdade de todos, na diferença de cada um e, por isso, nessa perspetiva, independentemente do que cada um escreve, da forma como o escreve, poderiam, hoje, ter aqui uma outra discussão, se fosse noutra momento. Portanto, a

bancada do PS votará a favor das duas saudações e também da saudação apresentada pela CDU, porque o que lhes interessa neste momento é salvaguardar os perigos que existem hoje, não podem ignorar, que atualmente pela Europa e pelo mundo fora, os perigos contra a liberdade assentes em populismos, populismos de diferentes ordens ideológicas, um populismo perigosíssimo que hoje põe em causa a liberdade e, sobretudo na Europa, preocupa-os muito algum populismo que começa a crescer e inclusivamente, a ocupar os poderes políticos e que devem estar atentos, porque mais importante, só podem defender as diferenças enquanto houver liberdade. Sem liberdade, sem democracia, não há diferenças e, portanto, serão todos mártires da opressão e serão todos menos ricos, muito mais pobres, sem essa mesma liberdade, portanto, a palavra liberdade deve ser escrita sem com letra maiúscula e deve estar presente em todos, apesar das diferenças de cada um, por isso, vão votar a favor.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere em relação às saudações, vai votar a favor, porque está solidária com todas as iniciativas, porém só queria fazer uma chamada de atenção, no fundo, a liberdade não é em pleno, porque enquanto houver trabalhadores que têm de ser forçados a trabalhar nos feriados, principalmente no 1º de Maio, quando é o Dia do Trabalhador e, há muitos portugueses que são forçados a trabalhar nesse dia, quando é o Dia do Trabalhador, é um dia que, deveriam de poder gozar como todos os outros.

O **Sr. Presidente** refere que também pretende dar algum contributo e alguma reflexão sobre as saudações. As 2 propostas de saudação sob uma e outra matéria, são genericamente coincidentes e estão, também, na generalidade, alinhadas com os grandes princípios que importa assumir, afirmar e assegurar, quanto à liberdade e aos direitos de quem trabalha. Naturalmente, há estilos diferentes e há até quem não tenha feito propostas sobre esta matéria, que tenha, às vezes, algum desconforto e uma visão diferente sobre esta data, é normal, e isso também é, a liberdade, mas, de facto, não vale a pena pensarem que a Revolução do 25 de Abril foi apenas a conquista da liberdade, do direito de pensar e de ser livre, porque isso também havia antes do 25 de Abril, havia quem pensasse livremente, tinha era dificuldade em se manifestar e ter de uma forma conseqüente a sua ação, sem ser vítima de repressão, mas como diz a saudação da CDU, que procurou não cair em estereótipos habituais, porque podiam ter chamado à colação aquilo que alguns ciclos governativos têm feito em matéria de retrocesso dos direitos, liberdades e garantias. Portanto, não o fizeram, julgam até que são saudações perfeitamente consensuais, pacíficas e deram, precisamente, esse olhar mais humanista e visionário, daquilo que pode ser o exemplo da democracia portuguesa para o resto da Europa e para o resto do mundo. Considera que as saudações que foram apresentadas são saudações, de grande consenso e de grande unanimidade. Não vale a pena tentativas revisionistas, manifestações pírias de amor à liberdade, porque efetivamente aquilo que existe é, ainda muita liberdade e muito caminho por cumprir e, por isso Abril tem de ser respirado e vivido todos os dias, para serem conseqüentes com o que dizem, teoricamente defendem.

Parafraseando o cantor, só há liberdade a sério, quando houver; a paz, o pão, educação, saúde e, curiosamente, procuraram trazer isso, também, para a saudação da CDU.

Sobre a questão do 1º de Maio, do direito à contratação coletiva que alguns querem pôr em causa, sem prejuízo de hoje, novas formas e as novas visões da organização do trabalho que algumas empresas dizem ser indispensável, mas aquilo que está comprovado, é que só há melhor produção quando há aposta em trabalho qualificado, na formação, na motivação dos trabalhadores e não o inverso, não é retirando direitos, não é fazendo horários selvagens, não é criando contratos precários, o tempo tem vindo a confirmar e, em vários países que até têm visões diferentes do mundo e de economia da nossa, que é esse o caminho e, portanto, o chamar à colação, por exemplo, aqueles que são obrigados a trabalhar nas grandes superfícies, em particular no 1º de Maio, porque há também a liberdade de trabalhar o 1º de Maio. Recorda uma discussão que tiveram sobre os horários de funcionamento dos estabelecimentos no Concelho de Palmela que, curiosamente, até nessa matéria, o PS por voz de uma das suas vereadoras, contestou a tentativa da CDU de seriação, precisamente dessa matéria, mas felizmente, porque tinham maioria, passou. No Concelho de Palmela, no regulamento continuarão a contestar que grandes superfícies e outras empresas trabalhem no 1º de Maio e, para isso há processo e há multas, e o que o regulamento do município refere, é que o pequeno comércio, a restauração, até por via hoje de no abastecimento de conveniência e até do próprio usufruto da generalidade de outros trabalhadores que, entretanto, fossem obrigados a trabalhar no 1º de Maio e tivessem a compensação de um dia de folga no dia a seguir, para além do pagamento a 300% ainda era outra coisa, portanto, ainda bem, que também chamou este assunto à colação, que fez evocar uma discussão, que não foi pacífica na altura, mas que sente um grande conforto pela coerência, que sempre tiveram na sua área política, relativamente a estas matérias.

No fundamental, considera que os votos de saudação são sensatos, são genuínos, são sentidos por quem, efetivamente, procura este caminho dos 3 D's, desenvolvimento, democracia e (...) e, portanto, as portas que Abril abriu e que muitos têm tentado fechá-las, aos poucos, ainda há quem resista e ainda há quem diga, não!

Considera que o caminho é este, a democracia portuguesa não é perfeita, não conhece nenhuma democracia perfeita, em país nenhum do mundo. Até em países que são ditos de amplas liberdades, podem ver as contradições e desigualdades que lá existem, mas, de facto, pensa que não há alternativa à democracia, senão mais democracia, mais participação, mais educação, mais cidadania e isso só pode ser feito, naturalmente, em liberdade. Apesar de ser eternamente um lutador insatisfeito, com aquilo que ainda têm para fazer no plano local, no plano nacional, para atingir patamares que consideram ideais, do ponto de vista da satisfação das necessidades dos cidadãos e das cidadãs, acha que Portugal, ainda assim, e foi isso que procuraram suscitar nesta saudação, pode ser um bom exemplo para a Europa, um país tolerante, intercultural, que aproveita todas as oportunidades e contra muitas adversidades

externas e outras internas, tem conseguido superar e tem conseguido reencontrar o caminho da prosperidade e do desenvolvimento.

**Submetida a votação a Saudação (44.º aniversário da Revolução do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Liberdade), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**Submetida a votação a Saudação (Comemoração do 25 de Abril), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**Submetida a votação a Saudação (1.º de Maio – Dia do Trabalhador), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**O Sr. Presidente regista que deu entrada na reunião o seguinte documento:**

. **Voto de Congratulação** (Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais) – dos/a eleitos/a do PS.

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:**

. **Voto de congratulação** (Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão do voto de congratulação no Período Antes da Ordem do Dia.**

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** passa à leitura do voto de congratulação:

. **Voto de congratulação** (Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais)

“No passado dia 13 de abril foi aprovada no Parlamento a Lei da Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais, com os votos a favor do PS, BE, Verdes PAN e uma Deputada do PSD, com a abstenção do PCP e os votos contra do PSD e do CDS.

Esta nova Lei, que nada tem a ver com procedimentos cirúrgicos e que vem na continuidade da lei de 2011 que passou a permitir no nosso país a mudança de nome e de sexo no registo civil sem que a pessoa fosse operada, vem permitir que:

1. As pessoas transgénero, possam alterar o seu nome e sexo no cartão de cidadão de forma autodeterminada, ou seja, sem a necessidade como até agora de um relatório

- médico que comprovava a sua identidade, porque a transsexualidade não é uma doença;
2. As pessoas jovens transgénero passam a poder mudar o seu nome e sexo no cartão de cidadão aos 16 anos desde que com autorização dos seus representantes legais, tal como acontece no processo civil no que diz respeito ao casamento;
  3. As crianças transgénero terão nas escolas a possibilidade legal de usarem o nome social com que se identificam, prevenindo sofrimento, bullying e exclusão pelos pares;
  4. As crianças que nascem com ambiguidade sexual, crianças intersexo, passam a só ter intervenções cirúrgicas a partir do momento em que a sua identidade de género se revele, salvo se houver risco para a sua saúde, prevenindo erros irreversíveis como mutilações;
  5. As crianças que nascem com ambiguidade sexual e as suas famílias terão um procedimento médico de acompanhamento, o que não acontecia até agora.

Com estas novas regras e acompanhando as orientações de organizações como a OMS, que no ano passado retirou a transsexualidade da lista das doenças mentais, e o Conselho da Europa, Portugal dá mais um passo no quadro dos Direitos Humanos e na proteção legal dos direitos, liberdades e garantias das pessoas LGBTI.

Portugal torna-se assim, no 5º país do mundo a ter legislação de promoção da autodeterminação das pessoas transgénero e de proteção das crianças que nascem com ambiguidade sexual.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 18 de abril de 2018, **congratula-se** pela aprovação desta lei na Assembleia da República e na importância que este diploma legal assume na vida das pessoas transgénero, crianças e adultos, e das crianças intersexo, criando-lhes melhores condições para assumirem a sua identidade, protegendo-as de exclusão e sofrimento.”

**Sobre o voto de congratulação (Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais) intervêm:**

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, independentemente, da matéria em causa, não parece que devam, agora, andar a congratular ou não com o que um órgão de soberania delibera numa determinada matéria. Admite ainda, que possam congratular-se com uma medida de grande alcance e que seja, por exemplo, uma coisa que, felizmente fizeram-no há muitos anos, quando foram pioneiros na abolição da escravatura, que na altura, na sociedade portuguesa, era uma questão consensual e que em boa hora foi aprovada. Portugal foi pioneiro nessa matéria e refere que havia um consenso grande que foi expresso pela decisão tomada nessa matéria. Relativamente à presente matéria, não houve esse consenso, como se vê pela votação que aqui foi trazida e, portanto, não lhe parece que seja o mais adequado, estarem agora, a congratular-se ou não, com as deliberações tomadas pelo órgão de soberania, a

Assembleia da República. Considera que estão a confundir duas situações, uma das questões que a Sra. Vereadora Mara Rebelo referiu tem que ver com a retirada da transexualidade das doenças mentais, a outra questão é desconstruírem uma lei que existia desde 2011, que tinha o seu valor, poderia e precisaria de alguns aprimoramentos, mas esta alteração que agora é feita, traz uma incerteza jurídica e uma insegurança jurídica, que considera, que não nos vai resolver problema nenhum e pode ainda agravar alguns outros problemas, sendo que um deles é a questão dos 16 anos, por alguma razão a regra dos 18 anos existe, a regra para determinações de um jovem e, por outro lado, a questão do acompanhamento médico. O acompanhamento médico tem a ver com uma coisa muito importante, é a decisão esclarecida, porque o acompanhamento médico e a informação médica não vem tirar o poder de decisão a um jovem, neste caso, com o que a lei tinha e que, infelizmente, foi alterado para os 16 anos, não lhe vai retirar essa capacidade de decisão, o que vem é dar, a possibilidade, o direito de que essa decisão seja o mais informada e mais esclarecida possível. E isso não tem a ver com doenças mentais ou não, uma coisa é a doença mental e em boa hora foi retirada da lista de doenças mentais pela Organização Mundial de Saúde, em boa hora foi retirada, porque efetivamente não era uma doença mental. Outra questão é, quando se dá um passo desta natureza, se tenha uma decisão o mais informada possível, é isso que é importante e era esse o passo que considera razoável, não retirava o direito aos jovens que o pretendiam fazer e também apelava a uma altura de maior maturidade, no fundo, é o que todos defendem, por exemplo, quando votam, um voto esclarecido e consciente e era isso que também se pretendia fazer nesta situação.

Considera que, infelizmente, o radicalismo e a desconstrução que se procura fazer nesta alteração legal, venceu, mas é a democracia, não concorda, mas foi assim que aconteceu. Outra questão que acha que os Srs. Vereadores do PS deveriam ponderar, é que a lei foi aprovada, mas ainda não é lei e considera que poderiam, não concordando com a lei, não concordando quando se congratulam sobre esta lei, porque ainda nem se sabe se vai ser lei.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que é uma congratulação pela aprovação da lei.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que se não chegar a ser lei, de que serve a congratulação, será apenas para marcar uma posição política. Portanto, se é para se congratularem com uma posição política fica clara a pretensão, ou seja, pretendem que a Câmara Municipal de Palmela, constituída por diversas forças políticas validem a opinião de um partido político. Referiram que não estão a congratular-se pela lei, estão a congratular-se pela aprovação da lei e, portanto, pode concluir pelo que disse. Mas isso não é o mais importante, o mais importante é, que considera que não é um passo dado no caminho certo, não vem ajudar a uma decisão mais esclarecida e mais consciente de quem a toma e que tem o direito de a tomar e que, a lei atual já o permitia e essa é que é a grande questão. Considera que a intenção foi desconstruir uma lei que já existia e naturalmente, em consonância com o que referiu, vai votar contra esta congratulação.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e refere que o seu sentido de voto vai ser a favor desta congratulação. Refere ainda, que a ação de todos os eleitos aqui presentes, é uma ação política e, portanto, congratulam-se, saúdam, pelo que é essa a nossa ação também e, faz todo o sentido. Por outro lado, esta congratulação não vem mais do que, a par do que há pouco disseram, manifestação de liberdade, é a liberdade da condição humana e mais uma medida de não discriminação e, portanto, vota a favor.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que com toda a consideração, respeito e amizade que tem pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, sublinha que discorda, praticamente, em tudo o que referiu, porque, o que está aqui em causa é um problema de consciência. Todos têm o direito de uma forma ou de outra. O PS congratula-se pela lei e, se a lei não for aprovada pelo Sr. Presidente da República, vão continuar a debater. Considera que isto é um problema de direitos e cidadania, para o PS é um problema de direitos humanos, como foi um problema, a legalização da interrupção voluntária da gravidez, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, como todas as questões que têm a ver com o avanço civilizacional e o avanço dos direitos humanos. Os grupos Parlamentares na Assembleia da República e não foi o caso do partido do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, quando são questões de consciência, dão liberdade de voto e dão essa liberdade de voto, porque estas questões têm muito a ver, com a consciência de cada um. Até o Papa Francisco, hoje, tem um pensamento muito mais largo que os conservadores portugueses têm sobre estas matérias e é isso que o preocupa, porque se refere a um jovem com 16 anos, como um inútil, incapaz de perceber quais são os caminhos que deve escolher ou não, para a sua vida, e recorda que há muita gente que defende que aos 16 anos já poderiam votar, exatamente, porque têm a consciência que um jovem com 16 anos, tem uma identidade perfeitamente definida, tem ideias e consegue já hoje, defender aquilo que efetivamente quer e tal como toda a gente, evoluirá ao longo da sua vida, porque o que hoje pensa com 60 anos de idade, se calhar, não pensava aos 18, aos 40 e aos 50, porque é essa evolução natural da formação, do caráter, do intelecto do indivíduo e vai mudando conforme vai tendo as suas aprendizagens, conforme vai adquirindo novas competências e, por isso, vai evoluindo o seu pensamento, porque é próprio do ser humano evoluir. Se um jovem com 16 anos, muitas vezes quase desde o berço vive uma identidade que não é a dele, que veste uma pele que não é a dele, que tendo acompanhamento médico e acompanhamento social, sendo respeitado como tal, qual é o problema de nós enquanto sociedade do século XXI, país da Europa, de limitarem a liberdade e a identidade de género desse jovem? Portanto, considera que é um problema de consciência de cada um e a consciência de cada um, ditará o seu voto nesta matéria, por isso congratulam-se e continuarão a congratular-se com muitas outras coisas que cada um pode pensar, às vezes, de forma diferente, mas o que é importante é que esta vereação e que esta autarquia não passe ao lado das grandes questões da sociedade e sobretudo das grandes questões que podem, efetivamente, fazer de Portugal um país mais avançado nos direitos humanos, o direito das minorias, das maiorias, enfim, é o direito de todos aqueles que pensam de forma diferente e



que são diferentes. Porque, no fundo, o que pretendem é que todos sejam iguais, mesmo sendo diferentes. Essa forma de pensar a sociedade, de pensar sobre os direitos humanos, ninguém poderá retirar o direito de serem diferentes e serem iguais e, é isso que está aqui em causa.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que são conhecidas duas posições do PCP em relação a esta matéria e considera de modo geral que este processo legislativo prevê ou permite, tal como já foi dito aqui, o fim do calvário de todos os cidadãos que têm que recorrer à alteração de sexo, permite isso e é algo que é bastante positivo, bastante importante. Depois, há uma outra divergência, de forma, sobretudo, quando a discussão chegou a plenário, que fez com que o PCP se abstivesse, porém, a nossa posição é que, pelo que foi dito aqui e, pela questão mais ampla, que é o mais importante, de facto, este processo permite identidade de género, permite a expressão do género, permite que cada pessoa, individualmente, tenha as suas características sexuais. Portanto, a CDU irá votar favoravelmente esta congratulação.

**Submetido a votação o voto de congratulação (Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais), foi o mesmo aprovado, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.**

**O Sr. Presidente regista que deram entrada na reunião os seguintes documentos:**

. **Saudações** (Casa Ermelinda Freitas), (The Selector), (João Bragadeste) e (Rui Narigueta) dos/a eleitos/a da CDU.

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

. **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (The Selector)

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (João Bragadeste)

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (Rui Narigueta).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as seguintes saudações:

. **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas)

“O vinho em Bag-in-box, da Adega Casa Ermelinda Freitas, foi galardoado com uma Medalha de Ouro no Concours International Wine in Box, realizado em Toulouse, França, numa organização da Sociedade Amelovin, em parceria com a Universidade de Toulouse e os estudantes enólogos do DNO de Toulouse (Diploma Nacional de Enólogos).

O prémio foi alcançado em prova cega, entre 330 vinhos apresentados neste Concurso de nível internacional, que apresenta um conceito de prova inovador, o qual consiste em degustar vinhos acondicionados em Bag-in-box, prestigiando os melhores vinhos em competição: Os “Best Wine in Box”.

Apenas os melhores Bag-in-box recebem as medalhas “Best Wine in Box”, que consistem num elemento de diferenciação e valorização inegáveis.

Há quatro gerações que a Casa Ermelinda Freitas se dedicada à produção de vinhos. Sendo proprietária de 130 hectares de vinha e reconhecida pelos prémios nacionais e internacionais recebidos, tornou-se uma embaixadora na divulgação e promoção dos melhores vinhos da região.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, a 18 de abril de 2018, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Casa Ermelinda Freitas pelo caminho de sucesso que continua a trilhar, sublinhando a postura de forte determinação, resiliência e partilha, que continuam a afirmá-la aquém e além fronteiras.”

. **Saudação** (The Selector)

“O Município de Palmela integra o Projeto Europeu CO-CREATE, financiado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial Interreg MED e coordenado pela Camera di Commercio di Venezia Rovigo Delta – Lagunare de Itália, que se encontra a ser desenvolvido, em Portugal, pelo Madan Parque - Parque de Ciência e Tecnologia da NOVA Universidade de Lisboa.

O CO-CREATE envolve, para além no nosso país, mais 5 países da região do Mediterrâneo: Espanha, França, Itália, Grécia e Croácia, empenhados na criação de redes de inovação que unem setores tradicionais e indústrias criativas.

Na sequência do trabalho desenvolvido entre o Município de Palmela, os seus agentes de desenvolvimento e o Madan Parque, desde janeiro deste ano, foram geradas um conjunto de ideias para negócios sustentáveis, de entre as quais duas foram selecionadas para estar presentes na grande final de projetos europeus, que terá lugar nos dias 19 e 20 de abril, na Design Week de Milão.

Uma das representações de Portugal naquele que é o maior evento europeu de *design thinking* será assegurada pelo empresário Hugo Santos, cuja empresa «The Selector – Curated Routes & Experiences» sediada em Palmela e parceira do Município para o desenvolvimento turístico.

Hugo Santos será o representante criativo de um projeto que associa a criação de peças de uso diário à sensibilização para a poupança da água e o combate ao seu desperdício, alertando para a proteção deste recurso natural, essencial à vida.

A «The Selector» é uma empresa de curadores de experiências, que cria ofertas singulares, de elevada qualidade, focadas na ligação ao património histórico-cultural e à natureza, valorizando o sentido e o valor intrínseco da viagem. É, também, concessionária de uma das galerias do Castelo de Palmela, espaço onde promove produtos portugueses que unem inovação, design e tradição.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, a 18 de abril de 2018, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a empresa «The Selector» e Hugo Santos pela excelência do seu trabalho, através do qual tem contribuído para o desenvolvimento turístico do concelho e do país, e pelo empenho, compromisso e dedicação que deposita em tudo o que faz, honrando o Município de o ter como parceiro.”

**. Saudação** (João Bragadeste)

“O atleta João Bragadeste, residente em Quinta do Anjo, sagrou-se Campeão Nacional de Duetlo, Grupo Idade 30-34 anos, no Campeonato Nacional Individual de Duetlo – Duetlo de Braga, que se realizou no dia 14 de abril de 2018, em Braga.

Para além do título individual no grupo idade 30-34 anos, João Bragadeste, que alcançou o 4.º lugar na classificação absoluta, sagrou-se Vice-Campeão Nacional por Equipas, ao serviço da equipa Clube Praças da Armada.

Reunida em Palmela, a 18 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** João Bragadeste pelo título de Campeão Nacional de Duetlo, Grupo Idade 30-34 anos, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**. Saudação** (Rui Narigueta)

“O atleta Rui Narigueta, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Duetlo, Grupo Idade 40-44 anos, no Campeonato Nacional Individual de Duetlo – Duetlo de Braga, que se realizou no dia 14 de abril de 2018, em Braga.

Para além do título individual no grupo idade 40-44 anos, Rui Narigueta, que alcançou o 5.º lugar na classificação absoluta, conquistou também o 3.º lugar na classificação por Equipas, ao serviço da equipa Outsystems Olímpico de Oeiras.

Reunida em Palmela, a 18 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Rui Narigueta pelo título de Campeão Nacional de Duatlo, Grupo Idade 40-44 anos, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Aprovada, por unanimidade, a saudação (Casa Ermelinda Freitas). Aprovado em minuta.**

**Aprovada, por unanimidade, a saudação (The Selector). Aprovado em minuta.**

**Aprovada, por unanimidade, a saudação (João Bragadeste). Aprovado em minuta.**

**Aprovada, por unanimidade, a saudação (Rui Narigueta). Aprovado em minuta.**

### **Informações / Assuntos diversos:**

- Informação sobre “**Comemorações do 25 de abril**” – **Programa** – O **Sr. Presidente** divulga que estando próximos da celebração do 44º aniversário do 25 de Abril, o Concelho de Palmela terá novamente uma efeméride de enorme dinamismo, pelo trabalho desenvolvido pelas autarquias, mas, em particular pelo movimento associativo e comunidade educativa que terão mais de 40 entidades a promover 145 eventos, dinamizando iniciativas desportivas culturais e recreativas, com especial destaque para o intercâmbio associativo. A autarquia promove um conjunto de eventos centrais, destaca na sua programação central a exposição “A PIDE em Pinhal Novo, para que a memória não esmoreça”, que estará Cineteatro no São João, tendo já percorrido outras salas do concelho, o lançamento das primeiras pedras de duas obras emblemáticas e importantíssimas para uma das freguesias, são as que já estão prontas, outras também já estão adjudicadas e irão ter outras primeiras pedras para lançar, nomeadamente a da Unidade de Saúde Familiar em Pinhal Novo e a 2ª fase da ecopista de Pinhal Novo.

Foram desafiados o Conservatório Regional de Palmela e a Sociedade de Instrução Musical para a criação de dois espetáculos comemorativos, a apresentar em Palmela e Quinta do Anjo, é um modelo de trabalho que privilegiam, poderiam também investir, trazendo ao concelho, artistas de renome, mas consideram que têm conseguido fazer grandes momentos de convívio e de animação musical com os recursos do Concelho de Palmela, que também são fortemente empenhados e que têm enorme qualidade nas produções que têm apresentado. Em Pinhal Novo vão ter uma banda convidada, a “Banda do Andarilho”, num repositório de canções que ficaram para a história e que identificam com Abril; Para os mais pequenos, poderão contar com uma oficina infantil, denominada de “Zeca Afonso, Sabes quem é?”, que se realizará no Bairro Alentejano e em Águas de Moura.

Para além das iniciativas próprias que a Comunidade Educativa desenvolve no espaço Escola, destaca a sessão comemorativa a promover pela Escola Secundária de Palmela, que conta com autores, com vários participantes e testemunhos. Destaca, igualmente, a Sessão Solene da Assembleia Municipal que decorrerá na Biblioteca de Palmela no dia 25 de Abril às 11horas e

para a qual se convida a população a participar, bem como para todas as outras iniciativas que irão decorrer entre sábado e o dia 25 de Abril.

- Informação sobre “**Encerramento da Consulta Aberta na UCSP da Praça do Ultramar**” – **Pinhal Novo durante o mês de abril** – O **Sr. Presidente** informa que, na semana passada, foram surpreendidos, com um acontecimento que deu origem a vários contactos de munícipes da freguesia de Pinhal Novo a alertarem de uma decisão de encerramento da modalidade de consulta aberta na Extensão de Saúde, designada da Praça do Ultramar na Rua Zeca Afonso, com a alegação de ausência de médicos durante o mês de abril. Tal situação estava a deixar, sem a prestação deste serviço de atendimento complementar de urgência, cerca de 25 mil utentes que, para além de haver muita gente a descoberto sem médico de família e, para a marcação das consultas regulares daqueles que têm médico de família, há episódios críticos que se não forem atendidos ali, contribuem para o afunilamento e a pressão que existe sobre as urgências hospitalares e que não é essa a sua vocação, porque os cuidados primários de saúde devem ser a este nível da prevenção e na proximidade do cidadão. No caso das doenças agudas, o Pinhal Novo, ficou completamente a descoberto para uma intervenção de urgência imediata, causando preocupação, sobretudo, nas crianças e nos mais idosos que estão, sistematicamente, com algumas crises e que necessitam logo de alguma consulta médica.

Face a este problema, que contribui, aliás, para agravar a já deficitária cobertura médica existente na vila de Pinhal Novo e espera que daqui a uns largos meses o novo Centro de Saúde construído, depois tenha médicos para aquela Unidade de Saúde Familiar. Logo de imediato, o município, porque não conseguiu fazê-lo durante o fim de semana, mas fê-lo segunda-feira, interpelou a Direção do Agrupamento dos Centros de Saúde da Arrábida, solicitando explicações e medidas urgentes, para colmatar esta carência, porque, de facto, sabendo-se que não há médicos no quadro ou na rede do agrupamento, que estes agrupamentos de saúde têm de estar munidos em termos orçamentais por parte do Governo, de verbas para acudir à contratação de prestadores de serviços, para algumas substituições, porque os médicos também adoecem, também têm maternidade, também têm que ter apoio à família e, portanto, estas estruturas de saúde da Administração Central não podem ficar sem orçamento, para algumas destas circunstâncias, pelo menos se não comprarem serviços a médicos externos, pelo menos que paguem as horas extraordinárias aos médicos que venham a fazer mais essas consultas abertas. Foi essa pressão que a autarquia fez e informa que a questão levantada pela autarquia teve bom acolhimento por parte do ACES Arrábida pois logo nesse mesmo dia, ao fim da tarde, informou que essa lacuna iria ser rapidamente suprida e começaram a funcionar as consultas abertas. Se não tivesse havido esta pressão ainda hoje estavam a ouvir as críticas e o lamento das pessoas, por esta falta de respeito na informação, na comunicação e até no direcionamento das pessoas para o Centro de Saúde de Palmela,

porque isto não é forma de responder aos cidadãos e às cidadãs, portanto, felizmente, por agora, este assunto parece estar resolvido, mas este tipo de situações começa a ser cíclico e endémico e espera que futuramente, possam ter com a nova Unidade de Saúde Familiar, médicos dedicados àquela orgânica da Unidade de Saúde Familiar com uma lista de utentes que respeitem, que trabalhem significativamente sobre isto.

• Informação sobre ***Índice de Transparência Municipal*** – O Sr. Vereador Adilo Costa refere sobre o índice de transparência municipal, informa que a Câmara Municipal de Palmela ficou classificada em 37º lugar, entre os 308 municípios portugueses, com uma pontuação de 72,8 no índice de transparência municipal relativo ao ano de 2017. Este índice de transparência é um ranking da responsabilidade da Integridade e Transparência, Associação Cívica em colaboração com a Universidade de Aveiro e avalia, anualmente, informação de interesse público, disponibilizada nos portais dos municípios em 7 áreas distintas, com um conjunto de indicadores, tais como, a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município; Plano e Relatórios; Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos; Relação com a Sociedade; Transparência na Contratação Pública; Transparência Económica a Financeira e Transparência na área do Urbanismo.

O Município de Palmela melhorou globalmente a sua posição, face ao ano de 2016, tendo subido 36 posições no ranking nacional, recorda que, em 2016 teve 66 pontos, o que lhe valeu a posição em 73º lugar, portanto, passa do 73º para 37º. Também, melhorou a sua posição na AML e no Distrito de Setúbal, ficando na 2ª posição em qualquer destas unidades territoriais, respetivamente, atrás dos municípios de Sintra e de Sines.

Apraz registar o reconhecimento externo da importância que o município tem vindo atribuir à dimensão de transparência na governação pública e ao esforço realizado por manter atualizado o Portal Municipal, quer no que respeita à informação para apuramento deste índice, quer no que toca outro a tipo de informação. Este Portal é, seguramente, um canal privilegiado de comunicação com os cidadãos e cidadãs e com as instituições, que terão de melhorar continuamente, do ponto de vista da atualidade interatividade e acessibilidade.

Numa última nota, porque não podes deixar de o fazer, para expressar a convicção de que esta posição neste ranking é, poderia ser ainda mais favorável, não fosse alguma falta de clareza quanto aos critérios seguidos por esta Associação Cívica e espera que nesta relação com eles, possa melhorar e vai ser muito claro em relação a um caso concreto, não encontraram explicação para não pontuar alguns indicadores, como por exemplo, o indicador "Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos", que à data do apuramento do indicador, o relatório de 2017 não poderia ainda ser publicado em virtude de estar a decorrer o prazo legal para aprovação pelos órgãos municipais, tendo havido deliberação da Câmara Municipal na passada 2ª feira, pelo que considera que poderá haver por parte desta associação e de outras

que quando fazem estes rankings, uma tendência para melhorarem estes indicadores e por consequência estes índices.

- Informação sobre **Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão – "Fim de Semana Comunitário"** – **Sr. Vereador Adilo Costa** divulga que neste fim de semana as entidades parceiras do Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão promovem, nos dias 21 e 22 de abril, a iniciativa "Fim de Semana Comunitário", com atividades desportivas e culturais abertas a toda a comunidade, nomeadamente, uma Caça ao Tesouro, a Construção de um Mural, Modelagem de Balões, Pinturas Faciais, uma Feira do Livro e uma Caminhada pela Saúde. Recorda que fazem parte da organização, a Associação de Dadores de Sangue na Freguesia de Poceirão, a Associação de Pais do Agrupamento Marateca/Poceirão, o Centro Social de Palmela, a Fundação COI e a Associação de Artes do Poceirão, contando com o Município de Palmela, o Agrupamento de Escuteiros 1269 de Poceirão e o Projeto CLDS – 3G Palmela, como entidades apoiantes.

- Informação sobre **"CLIQUE SEM IDADE" – "Conversas.com – Opiniões, interesses e motivações na idade maior"** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** divulga que no dia 23 de abril, na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, o "CLIQUE SEM IDADE" volta a realizar a iniciativa "Conversas.com – Opiniões, interesses e motivações na idade maior", sublinhando a interligação entre a inclusão digital e social deste projeto. A "Conversas.com" é um espaço de discussão, partilha de ideias e sugestões, com e para a população de mais idade a propósito da temática do Envelhecimento Ativo.

Pretende promover um maior conhecimento da realidade atual do envelhecimento no concelho de Palmela, intensificando, estrategicamente, a participação da população de mais idade. Ainda, nesta iniciativa está prevista a Entrega dos Certificados de Participação aos 15 participantes das Oficinas de Noções Básicas de Informática, dos grupos de Pinhal Novo, que decorreram de 14 fevereiro a 2 abril, no CRJ - Centro de Recursos para a Juventude Pinhal Novo e estão ainda a decorrer as oficinas em Palmela.

- Informação sobre **Palmela GERAÇÕES - Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** divulga que, no âmbito do Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação Entre Gerações, a 29 de abril, a Câmara Municipal vai realizar nesse dia, no Mercado Municipal de Pinhal Novo, das 9h00 às 13h00, a iniciativa "Palmela GERAÇÕES" que desafia ao reforço de um Município de todas as idades, através da partilha inter-geracional de aprendizagens, memórias e afetos. Destacam-se como atividades: a Pintura de Rua – "CriativIDADES"; a Mini Mostra Criativa; Animação; Espaço Informativo "cartão

municipal IDADE MAIOR” e Estendal de Memórias, este último vai decorrer de 29 de abril a 6 de maio, ilustrando breves memórias das diferentes gerações, testemunhos/vivências individuais e ou familiares; fotos; poesia; outras, que enriquecem a identidade da freguesia de Pinhal Novo.

A presente ação acontece em parceria com a Associação Juvenil “Os Indiferentes”, Centro Social Paroquial de Pinhal Novo, Grupo Musical Gente Boa envolvendo também, colaboradores de idade maior.

- Informação sobre **Lançado concurso público para novas repavimentações e pavimentações** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** divulga que o município de Palmela lançou, esta semana, um concurso público para a realização de novas pavimentações e repavimentações, tem o preço base de 45.000€ a que acrescerá o IVA, e contempla repavimentações e uma nova pavimentação na zona de Pegarias e do Samouco. Será feita a repavimentação da Rua da Igreja Matriz e da Rua da Ordem de Santiago e serão feitas pavimentações num arruamento entre a rua de D. Jorge e a Rua das Pegarias e noutro entre a rua do Samouco e a Rua de S. Julião.

A obra deverá começar no Verão, decorrido o concurso público, terá uma duração de 8 semanas e vai melhorar a segurança e o conforto na circulação naquela zona.

- Informação sobre “**7 Maravilhas à Mesa 2018 / Mesa de Palmela**” – **Pré Finalista** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que com base na sua riqueza e diversidade patrimonial e gastronómica, Palmela foi apurada para as 49 pré-finalistas do Projeto «7 Maravilhas à Mesa 2018», na sequência de uma candidatura que foi apresentada pela Câmara Municipal. As mesas pré-finalistas reuniram o consenso de um Painel de 77 Especialistas, destacando-se com o melhor da gastronomia, vinhos, azeite e roteiros turísticos de cada região de Portugal, de entre 182 candidaturas e um total de 343 patrimónios, submetidos a Concurso.

O espaço de promoção e divulgação das 49 Mesas culminará numa das 7 Galas Pré-Finalistas que irão ter lugar entre 22 de julho e 2 de setembro. Nestas galas, transmitidas em direto pela RTP, com apresentação da dupla Catarina Furtado e José Carlos Malato, serão eleitas pelo público 2 Mesas, que passam à fase de Finalistas e que terão presença na Gala Final de 16 setembro. A Mesa de Palmela é composta pelas 7 categorias obrigatórias a concurso, a saber: Sopa Caramela, na categoria de *sopas*; Queijo de Azeitão, na categoria de *queijos*; Vinho Tinto DO, na categoria *vinhos e azeites*; Moscatel de Setúbal Roxo, na categoria *vinhos de exceção*; a aldeia vinhateira de Fernando Pó, na categoria *territórios vinhateiros*; o Castelo de Palmela, Centro Histórico e Parque Natural da Arrábida, na categoria *património histórico, cultural e*



*natural* e a Casa Mãe da Rota Vinhos da Península de Setúbal, na categoria *adegas, lagares e queijarias*.

Estes são os patrimónios a concurso, que darão a conhecer as potencialidades do território de Palmela, onde a Gastronomia e Vinhos se apresenta como um elemento primordial duma riqueza incomparável.

Refere ainda que o projeto «7 Maravilhas à Mesa 2018» promove as regiões e o mundo rural, através da gastronomia e dos vinhos, fomentando o turismo e as experiências no território. É desenvolvido em parceria com a AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho e AHRESP - Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal e, portanto, estão certos que, da participação neste projeto resultará certamente uma maior visibilidade e notoriedade para o território de Palmela e inquestionavelmente uma maior valorização do trabalho que é desenvolvido pelos produtores do Concelho de Palmela e, naturalmente, sairão também valorizados os seus produtos.

- Informação sobre ***Academia Unik Gymdance – Gym for Life Distrital*** – O Sr. Vereador **Luís Miguel Calha** divulga que as classes Gymdance e Unikgym&Unikdance da Academia Unik Gymdance, foram agraciadas com a Menção de Ouro, no Gym for Life Distrital, realizado no dia 8 de abril, no Montijo, numa organização da Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal em colaboração com o Ginásio Clube do Montijo.

Os Gym for Life, são eventos que fazem parte do programa “Ginástica para Todos (GpT)” da Federação de Ginástica de Portugal, a par do PortugalGym – Gimnaestrada Nacional e Sénior Gym. O Gym for Life Nacional realizar-se-á no dia 20 de abril, em Odivelas.

O programa “Ginástica para Todos” pretende oferecer um conjunto de atividades adequadas a todos os géneros, grupos etários, com diferentes capacidades técnicas e ascendências culturais. Tem como objetivo a diversão, a amizade, a aptidão física e a ginástica de base. As apresentações podem envolver ginástica com ou sem aparelhos, ginástica ou dança e, portanto, trata-se de uma iniciativa que acarinhama e registam a presença dessa nossa academia.

- Informação sobre ***Academia Pantera Negra Jiu-Jitsu Pinhal Novo – Campeonato Nacional de Jiu-Jitsu Brasileiro 2018*** – O Sr. Vereador **Luís Miguel Calha** informa que realizou-se no dia 7 de abril, o Campeonato Nacional de Jiu-Jitsu Brasileiro 2018, no Complexo Desportivo do Casal Vistoso, que contou com a participação de 570 praticantes, em representação de 44 academias. A Academia Pantera Negra Jiu-Jitsu Pinhal Novo, que se encontra atualmente filiada na Federação com a designação de Netto Brazilian Jiu-Jitsu, esteve representada por 26 atletas.

No escalão de crianças, os atletas de Pinhal Novo alcançaram 8 medalhas de Ouro, 5 de Prata e 7 de Bronze, o que lhe permitiu alcançar o 2.º lugar na classificação geral.

- Informação sobre **Margarida Agostinho** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que a atleta Margarida Agostinho, ginasta de Pinhal Novo, representou a seleção de Portugal no 26.º Campeonato da Europa de Trampolins, Duplo Mini-Trampolim e Tumbling que se realizou, entre 12 e 15 de abril, em Baku, Azerbeijão, classificando-se em 4.º lugar na competição por equipas no escalão de Juniores.

- Informação sobre **Início da pintura do muro do Cemitério** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** divulga que começou esta semana, a empreitada de pintura do muro do Cemitério de Palmela. Trata-se de uma empreitada adjudicada por cerca de 27.900€, com a duração prevista de 45 dias, que vai melhorar a conservação e aparência do muro do edificado. Entretanto, está em preparação o procedimento concursal para adjudicação do projeto de reabilitação da Capela e de drenagem de águas pluviais.

#### **Questões apresentadas pelos/as Srs./as Vereadores/as**

- A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que foi publicado um anúncio no Diário da República, no passado dia 12 de abril de 2018 e que está relacionado com o procedimento concursal, que foi lançado pelo município de Palmela, cujo objeto do contrato prevê a execução de locais de estacionamento e valetas espraçadas em calçada. Perceberam que vão ser feitas no Pinhal Novo, mas não conseguiram entender onde se vão realizar, por isso, gostariam de perceber onde é que vai ser feita essa empreitada.

- A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que no passado dia 3 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, o Despacho n.º 3283, de 2018 que aprova um apoio financeiro de 500 mil euros, destinada a esterilizações de animais domésticos, nomeadamente cães e gatos. Considerando que este é um problema crescente no município de Palmela e que este apoio visa, efetivamente, suportar as autarquias na esterilização dos animais errantes, questiona qual é a posição da autarquia, relativamente a esta candidatura, uma vez que a mesma, tem um prazo, até 30 de Novembro de 2018, e se a autarquia está, efetivamente, a pensar avançar com esta candidatura.

- A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que na sequência da intervenção de municípios na reunião de Câmara no passado dia 06 de dezembro e após terem recebido alguns do

moradores da Rua dos Brejos, localizada no Monte Novo em Pinhal Novo, por causa da empresa de extração de cortiça, que está sediada no extremo do Concelho de Palmela e faz fronteira com o Concelho do Montijo. Refere que a Câmara Municipal já duas vistorias, mas falta uma 3ª vistoria e questiona para quando vai ser essa 3ª vistoria, e o que é que a Câmara já fez ou está a pensar fazer, uma vez que todas as outras Entidades têm remetido responsabilidades para a autarquia e os munícipes estão desesperados com a situação, uma vez que trata-se de uma questão de saúde pública.

• O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que relativamente ao Índice Transparência Municipal, não vai adiantar-se muito, uma vez que o Sr. Vereador Adilo Costa já deu as informações todas, até porque habitualmente dá nota das informações boas e más e esta é uma boa informação. Considera que podem ainda chegar mais longe, têm capacidade para isso, mas esta subida para o 37º lugar é boa, porque, de facto, o exercício da política é sempre bom quando é feito com transparência e, é bom que todos estejam irmanados nesta convicção. Considera, também, que era importante e o Sr. Vereador Adilo Costa falou nisso, há uns itens que na forma de medição que não estão de acordo, exatamente, com a lei, se bem que também ficou na dúvida sobre essa questão, de facto, a maioria tinha por hábito, ainda no mandato anterior e chegou mesmo a colocar essa questão, de um cronograma, aquilo que era o compromisso de mandato e o que é que já estava cumprido. Na altura, recorda-se que colocou algumas questões que tinham a ver com o que estava escrito e o que se dizia na comunicação social e com a desatualização do site que não era uma obrigação legal, era, no fundo, uma opção política da maioria, de demonstrar o que é que tinham feito e não tinham feito. Mas acha que era importante verificarem alguns desses itens, até para se perceber se o índice está de acordo com a lei, porque é a 1ª a obrigação, é a de cumprir a lei e, é isso que norteia sempre a nossa atividade e o cumprimento escrupuloso e rigoroso da lei, mas também procurar que esse índice de transparência ofereça uma maior visibilidade.

Relativamente à empresa de extração de cortiça em Pinhal Novo, que a **Sra. Vereadora Palmira Hortense** mencionou e refere que também recebeu um e-mail desse grupo de cidadãos sobre as questões da poluição sonora e ambiental, ou seja, as poeiras que são geradas pela exploração industrial daquela empresa. Obviamente que, o investimento e a indústria são bem-vindas no Concelho, mas, naturalmente, com respeito pelos direitos dos cidadãos. Portanto a questão que o coloca e pelo que percebeu, porque não esteve presente na reunião de dezembro, que havia algumas questões que tinham a ver também com a lei e com a interpretação da lei, nomeadamente o sistema da indústria responsável. O que foi partilhado pelos concidadãos moradores na Rua dos Brejos, foram algumas questões relacionadas com as respostas de Entidades como o IAPMEI e o IGAMAOT, que deixam nas mãos da autarquia de

palmela uma maior atividade sobre a matéria de fiscalização, e eventualmente, sancionamento e, era essa a questão que o colocava em concreto. Por um lado perceber o que é que a Câmara está a fazer e, simultaneamente, se já houve resposta, porque uma das cartas da IGAMAOT data de fevereiro e dada a posição desta Entidade sobre a matéria e sobre a apreciação que fazem da lei que, insta a Autarquia para num prazo de 20 dias, a dizer o que fez relativamente a estas denúncias dos nossos concidadãos e, no fundo, procura com isto, saber o que está a ser feito para resolver este problema e procurar defender o ambiente naquela zona, o bem-estar e a saúde pública.

- O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que recebeu de dois grupos de munícipes, duas situações em Aires, nomeadamente na Rua Agostinho Pereira e na Rua Capitão José Clemente Juncal, que têm o pavimento degradado com alguns buracos, alguns desnivelamentos que podem provocar, além de estragos nos veículos como também situações de sinistralidade. Portanto, era algo que gostariam de saber qual a perspetiva da possibilidade de retificar esta situação, até porque julgam que o tempo das chuvas já tenha passado e consideram que já poderiam fazer estas obras.

Refere também, uma derrocada na Rua de São Filipe, que está a afetar um muro e os habitantes da zona, alertaram para essa situação e gostariam de perceber qual a resolução para este problema.

Relativamente ao Protocolo de Cooperação entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Município de Palmela, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da floresta contra Incêndios, questiona se este Protocolo já foi assinado e se não foi em que situação se encontra, uma vez que também é em cooperação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Aborda também, a questão da reabilitação urbana no Centro Histórico da Vila de Palmela que, no fundo, tem que ver com aquilo que consideram poder melhorar a gestão da autarquia, por exemplo um folheto que pela sua organização e facilidade de leitura, assim como o conjunto de informações que traz em termos de reabilitação urbana e das vantagens e benefícios para os habitantes e proprietários do Centro Histórico de Palmela, é um exemplo do Município de Chaves que lhes parece que poderia ser replicado pela Autarquia de Palmela. Considera que com base neste exemplo, poderia o folheto atual ser adaptado, de modo a facilitar a informação e os proprietários ou moradores que tivesse e pudessem, pôr em prática aquilo que são já algumas das medidas positivas que a Autarquia de Palmela faz. Considera que é um bom exemplo, é um documento que facilita a sua leitura, até pela imagem, pelas cores e também pela facilidade de compreensão que ele permite. Talvez não seria má ideia que a Autarquia de Palmela pudesse não replicar, mas pensar numa situação que pudesse plasmar tudo o que hoje, é já um direito dos moradores e dos proprietários no centro histórico, para revitalizar toda aquela zona que continua a ser necessário e deve ser prioritário.

**Às questões colocadas, são dadas as seguintes respostas:**

– Índice Transparência Municipal, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que na sequência da intervenção do Sr. Vereador Adilo Costa e tendo em conta toda a matéria que já foi discutida na última reunião de Câmara, que se prende com alguns indicadores de desenvolvimento que foram aqui apresentados com base em estudos conhecidos, sublinha, também, para além dos indicadores do índice de transparência, aquilo que são os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de contas integradas das empresas, que tem vindo a aumentar o número das Sociedades com sede no município de Palmela, nestes últimos 3 anos. Dá nota que em 2014 tinham 1.741, em 2015 tinham 1.797, e em 2016 tinham 1.836, registando-se uma tendência de crescimento de instalação de empresas no território de Palmela, que não é alheia, à atratividade deste mesmo território, mas também à própria proatividade da autarquia, no sentido de atrair, cada vez mais, empresas para o concelho, quer através da adoção de um conjunto de medidas específicas de incentivo à instalação de empresas, quer no que concerne a vários projetos que tem desenvolvido em parceria com o IAPMEI, AICEP, contactos junto de embaixadas, com a presença do município em redes de parceira internacionais, como as Associações de Municípios, como por exemplo a Rede de Cidades Europeias do Vinho, a Aenotur – Associação Internacional de Enoturismo vocacionada para o desenvolvimento do enoturismo a nível mundial e, portanto, tudo isto naturalmente, todo este trabalho em rede, contribui para o aumento da fixação de empresas no território de Palmela, criando assim, riqueza e postos de trabalho.

O **Sr. Presidente** refere que, sem prejuízo da generalidade das questões estarem relacionadas com pelouros dos Srs./as Vereadores/as, irá procurar responder a algumas delas, até porque é conhecedor de algumas dessas matérias.

– Rua dos Brejos em Pinhal Novo, o **Sr. Presidente** refere que sobre a panóplia de procedimentos e a parafernália dos “ditos e contraditos” de algumas Entidades sobre quem deve, efetivamente, assumir a responsabilidade de intervenção, quer no plano de vistoria, da fiscalização e até da medição dos efeitos da poluição e do ruído, não tem aqui nota do ofício que foi chamado à colação, não sabe se algum dos Srs. Vereadores, quer do urbanismo, quer da fiscalização têm, mas tem nota da parte do Sr. Vereador Pedro Taleço, em reunião de Despacho realizada no início do ano, que foi o município, independentemente, de quem deve assumir os custos, que vai assumir a medição com uma empresa da especialidade e, para o efeito, criaram verba em orçamento. O Sr. Vereador teve o cuidado, aconselhado juridicamente, de oficiar a CCDR, dizendo que a Câmara Municipal de Palmela está disponível para fazer essa operação, que tem de ser planeada e feita de surpresa, planeada e de surpresa parece uma contradição, mas é assim. Refere que não sabe se isto terá que ver diretamente com a questão

da outra vistoria que já fizeram, porque já fizeram várias e, curiosamente, os munícipes presentes aqui sala também sabem disso, há sempre uma Entidade que falta e, geralmente é a Entidade do Ambiente e não deixa de ser estranho, porque a presença dessa Entidade devia ser presença obrigatória. Tem convicção e também o Sr. Vereador, porque falam neste assunto com alguma frequência, que a Câmara Municipal irá fazer uma medição e depois enviarão para as Entidades competentes. Relativamente à eventual falta de resposta ou de outra diligência que esteja por fazer da parte da Câmara Municipal e, neste momento, não consegue precisar e até a questão do licenciamento, com mais de 56 processos no concelho, está, no âmbito do regime excecional criado pelo anterior Governo, a aguardar análise de outras Entidades. Posteriormente haverá uma reunião de concertação onde irão dar ou não um prazo, para o licenciamento. Também sobre esta matéria não tem problemas em dizer aqui, que algumas pessoas, que estão por dentro do assunto, nomeadamente, quem sofre na pele as consequências, sabem que o processo entrou no âmbito do RERAE (Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas) era para regularizar uma coisa que, já de si, não estava bem, mas que, neste momento já estão outras construídas no local, que levaram a que o Município tenha deliberado o embargo da obra, mas os tribunais também não têm ajudado a resolução do assunto.

Reafirma que irão continuar a ter todo o empenho, para que esta questão se clarifique o mais depressa possível, porque não estão aqui em causa, nem mais, nem menos, a valoração de interesses do município ou de atividades económicas, até porque todos os cidadãos têm os seus direitos. Considera que nesta situação existe algum tacticismo. Por vezes de algumas Entidades, porque tem dito que não é adepto do primado do económico sobre outras questões do bem-estar social, a economia não é tudo e, portanto, não tem propriamente problemas com esta questão, porque, de facto, importa aqui, nestes aspetos, ser salomónico e fazer justiça.

– Rua dos Brejos em Pinhal Novo, o **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que sobre esta matéria que em tempos acompanhou, quando teve com o pelouro da fiscalização para esclarecer que, quando houve a transição do pelouro entre vereadores, atualmente com o Sr. Vereador Pedro Taleço, este processo mereceu a maior atenção. Refere ainda, que na 2.ª vistoria realizada, se verificou um facto muito importante e que não correspondia àquilo que, na 1ª vistoria existia. Houve aqui um processo de autorregulação, que muitas vezes que também é pérfido, porque a empresa disse que iria retificar o que estava mal, mas na 1.ª vistoria não tinha um dado que era fundamental, porque o problema do ruído e das poeiras não era só prejudicial para os trabalhadores daquela empresa, como também era prejudicial para a envolvente daquela empresa, ou seja, verificou-se na 1ª vistoria, infelizmente, quem tinha, nomeadamente, na área da saúde e na área do Ambiente, numa palavra a dizer, depois, no relatório a juntar sobre esta matéria não o fez. Na 2ª vistoria, já o fez, mas tardiamente, porque têm que ter em conta também, não só o que acontece, ao trabalhar, manusear para os trabalhadores daquela

empresa, mas também e mais do que isso, tem que ter em conta todas as pessoas que residem na área envolvente daquela unidade empresarial. Considera que é um dado novo, e que irá contribuir para a resolução deste problema, uma vez que a Câmara Municipal vai agora assumir a iniciativa da medição, que não lhe competia, mas que considera que vai ser fundamental para a resolução.

\_ Publicação de um anúncio no Diário da República, no passado dia 12 de abril de 2018, o **Sr. Presidente** refere que a empreitada que a Sra. Vereadora Mara Rebelo mencionou, com a designação de construção de valetas, se refere a uma empreitada de calçadas, para várias localizações no concelho. Refere-se à freguesia de Pinhal Novo, porque o maior investimento diz respeito a uma reivindicação que, aliás, conhecem desde a semana do Pinhal Novo, que é a construção junto à ciclovia no início do Aceiro Francisco Silvestre, já a caminho da Fonte da Vaca. Por ter mais peso, a intervenção nessa zona, assumiu essa designação, mas, de resto, irão fazer intervenções em todos os pontos do Concelho. Também haverá uma empreitada referente a intervenção em valetas, na Rua das Serralheiras em Palmela, mas num valor mais baixo.

\_ Índice Transparência Municipal, o **Sr. Presidente** refere que sobre esta matéria e para responder ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, naturalmente, ficam sempre contentes quando os resultados colocam Palmela no pódio das melhores práticas do Distrito de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa. Mas reafirma, para fazer justiça à coerência que tem revelado, não é grande adepto deste tipo de rankings, aliás, é subscritor de uma posição da Associação Nacional de Municípios que questiona alguns critérios deste ranking. Refere que o Sr. Vereador Adilo Costa deu um exemplo, como é que se pode valorar um indicador, quando esse indicador só está pronto no final do mês de abril e querem valorá-lo nos primeiros meses do ano. A aprovação da prestação de contas, oficialmente, só é aprovada na Assembleia Municipal e só pode ser em abril, mas já tinham indicado e até retornado, no sentido de apontar outras insuficiências daquela grelha de análise e, portanto, o que importa, e o Sr. Vereador disse e muito bem, é que também têm feito juntamente com os serviços municipais, um esforço para disponibilizar toda a informação possível que considerem pertinente, para o escrutínio por parte das senhoras e dos senhores munícipes sobre a atividade municipal no seu site e isto vem confirmar que estão a fazer progressos muito significativos.

\_ Sobre a Rua Agostinho Pereira e a Rua Capitão José Clemente, o **Sr. Presidente** informa o Sr. Vereador Raul Cristovão que a Câmara também rececionou essas reivindicações e esclarece que as brigadas municipais intervêm num determinado local e quando começa a chover, têm que interromper e na sequência de uma semana extremamente difícil, estragou-se o trabalho

feito na reparação de caminhos e que voltaram a abrir-se buracos em zonas, que apenas foram tratadas com massas frias, em vez de betuminoso a quente. Contudo, informa que a partir da estabilização do tempo, irão intervir, tal como têm vindo a intervir a, pouco e pouco, nos parques paralelos a essas ruas, portanto, isto para dizer que estiveram a verificar e a conferir situações, e algumas situações podem, perfeitamente, esperar. Nesta matéria, como em outras, têm vindo a definir prioridades, porque se têm estradas onde pode haver um abatimento ou desagregação do betuminoso, cujas situações possam incorrer em acidentes ou em responsabilidade civil para o município, vão intervir aí em 1º lugar e não vão à pressa, reparar um estacionamento, cujo betuminoso já tem uns anos e está a precisar de reparação. Refere que a situação está referenciada e que os serviços municipais irão intervir, contudo, agradece o facto de ter trazido esta recordatória.

\_ Protocolo de Cooperação entre a Autoridade Tributária e Aduaneira o **Sr. Presidente** informa o Sr. Vereador Raul Cristovão que o Protocolo em questão, chegou à Câmara Municipal na semana passada e, obviamente, que o município está a formatá-lo e a analisá-lo, porque é necessário escrutiná-lo juridicamente. É conhecida nossa a posição sobre essa matéria, têm todo o interesse em celebrar esse Protocolo e, em tempo útil, será apresentado na próxima reunião de Câmara.

\_ Folheto sobre a Reabilitação Urbana no Centro Histórico da Vila de Palmela, o **Sr. Presidente** refere ao Sr. Vereador Raul Cristovão que a Câmara Municipal não tem preconceito nenhum em fazer o *benchlearning* e o *benchmarking* (eficiência, aprendizagem em equipa, bons exemplos, e participação alargada), aliás, para terem tido a honra de ter sido premiados em várias matérias, é obrigatório nalguns processos fazer *benchlearning* e *benchmarking*.

Refere, igualmente, que acredita na grande capacidade dos técnicos municipais de composição gráfica e comunicação, para fazer folhetos dessa natureza, e esclarece o Sr. Vereador, que a operação de reabilitação urbana está em discussão pública e que a campanha de comunicação está preparada, e só arrancará depois da aprovação oficial, porque os incentivos só podem ser divulgados, depois de estarem aprovados. Tinham previsto, já neste mandato, fazer um novo caderno e uma nova campanha para o que já têm no centro histórico, como o Sr. Vereador reconheceu, já é um bom incentivo e são excelentes práticas, mas, em vez de fazerem um folheto para a ORU do centro histórico de Palmela e a ORU de Pinhal Novo, os incentivos são até, em algumas matérias, mais profundos e vantajosos, criar duas campanhas seria contraproducente. Portanto, o que vão fazer e até porque estas questões estão, ainda, em fase de inscrição no portal do IFRRU 2020, e são geralmente desenvolvidas no 2º semestre do ano, porque em matéria de incentivo de isenções de IMI, por exemplo, é feito todo um diagnóstico, propostas e prazo de inscrição por parte dos proprietários dos imóveis, garante que vão ter



uma campanha. Para além dos folhetos, vão fazer o mesmo que fizeram com a questão dos incêndios, sessões públicas nas duas freguesias, com investidores, com proprietários, procurar ir ao local, para que os proprietários percebam as vantagens que têm de aproveitamento destes incentivos. Contudo, aceita o folheto do município de Chaves e agradece ao Sr. Vereador o contributo.

Despacho n.º 3283, de 2018 O **Sr. Presidente** responde à Sra. Vereadora Mara Rebelo que sobre este Despacho que aprova um apoio financeiro de 500 mil euros, destinado a esterilizações de animais domésticos, nomeadamente cães e gatos, recorda que antes desta medida e depois do Governo ter sido pressionado por outras forças políticas, vem agora proporcionar aos municípios esta possibilidade de comparticipação e informa que a Câmara Municipal já fez a inscrição na plataforma, a candidatura, como não poderia deixar de ser e, portanto, irão aproveitar até ao último cêntimo, todas as possibilidades, para que seja o município, seja em cooperação com associações, trabalhar e procurar agarrar esta causa com todo o entusiasmo.

### **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

### **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

#### **PONTO 1 – 4.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.**

##### **PROPOSTA N.º DADO 01\_09-18:**

«A 4.ª alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2017 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Beneficiações Diversas (Escolas), de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais;

2. Reforço da dotação da ação Aquisição de Fardamento e Equipamento de Proteção Individual, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;
3. Reforço da rubrica Impostos e Taxas – Outros de modo a permitir o pagamento da Taxa de Recursos Hídricos que sofreu este ano um aumento significativo.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição da dotação das ações relativas aos pagamentos Iluminação Pública – Consumo, Apoio socioeducativo a Alunos - Auxílios Económicos e rubrica Acidentes em serviço e doenças profissionais, cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2017.

O valor desta alteração é de 163.455,00 € (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros), e representa 0,3% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54–A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 4.ª alteração ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.»

**Sobre a proposta de 4.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 numerada DADO 01\_09-18 intervém:**

O **Sr. Presidente** refere que a proposta da 4ª alteração ao orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano tem, sobretudo, como finalidade, porque já estão a preparar a revisão para uma das próximas reuniões, não podiam estar à espera de reforçar algumas dotações, acomodar alguns encargos transitados, questões que estiveram a ser conferidas no final de 2017 e cuja liquidação consideram imperiosa, até porque felizmente, têm cumprido a lei dos pagamentos e dos compromissos e dos pagamentos em atraso e portanto, não querem incumprir.

No fundamental, os grandes reforços situam-se na dotação da ação de beneficiações diversas, em particular, em escolas, para permitir o lançamento de vários procedimentos concursais. Seguidamente, um segundo grande grupo de modificações visam reforçar as dotações da ação de aquisição de fardamento e equipamento de proteção individual, porque há o fardamento de inverno e o fardamento de verão. E, por último, o terceiro grande grupo de alterações, que diz respeito à rubrica de impostos e taxas - outros, de modo a permitir terem dotação para pagar um brutal aumento da taxa dos recursos hídricos, que este ano teve um aumento significativo, cerca de 200%, ou seja, aquilo que habitualmente pagam anualmente, recebendo dos municípios da sua fatura da água, para entregar à Administração Central de taxa de recursos hídricos, foram agora, surpreendidos com uma nova fórmula de cálculo que dá a módica quantia de 200% de aumento. Considera que, sobre esta matéria, um dia terão que discutir

politicamente, porque há qualquer coisa não parece bem resolvida por parte da Agência Portuguesa do Ambiente e da ERSAR.

Refere que foram introduzidos outros acertos, questões pequenas, e que vão compensar a necessidade destes reforços imediatos, entre o deve e o haver, ou seja, a alteração situa-se, sensivelmente, nos 163 mil euros, e vão mais uma vez à rubrica da iluminação pública retirar verba, porque como pagam todos os meses e ainda faltam uns quantos meses até final do ano, vão repor essa verba, que na revisão, é já dentro de duas semanas, uma vez que com o saldo do ano anterior, têm possibilidade de repor em condições. Vão, também, ao apoio socioeducativo, a alunos e auxílios socioeconómicos, porque o que tinham que aprovar, já foi aprovado, e havendo um reforço para transportes, é aquilo que às vezes não transparece na transferência financeira, mas como a verba que lá está é por ano civil e trataram de um ano letivo e ainda vão ter outro ano letivo que só começa em setembro, vão ter a oportunidade de repor, ou seja, na próxima revisão ou muito antes de setembro. Portanto, são questões que poderão ser repostas. Refere, também, uma rubrica de acidentes em serviço e doenças profissionais, que também nestes primeiros meses do ano, felizmente, não tem sido necessário utilizar e que pode ser utilizada agora, para reforço destas necessidades. Tudo isto na primeira revisão, dentro de uma ou duas semanas, será repostos.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.**

## **DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 2 – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Passos e Compassos – Associação para a Divulgação e o Desenvolvimento das Artes do Espetáculo.**

### **PROPOSTA N.º DCDJ 01\_09-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela tem na promoção e desenvolvimento da atividade cultural um dos eixos estratégicos da sua intervenção. A dança, enquanto atividade artística, está integrada neste objetivo de fomento e valorização cultural, promovendo públicos diversos, e a sua difusão passa também pelo estabelecimento de parcerias com estruturas artísticas. O estabelecimento de protocolos de colaboração e cooperação com entidades profissionais em diferentes áreas artísticas reforça a estratégia para a prossecução dos eixos centrais da ação cultural no concelho de Palmela, nomeadamente na promoção e no reforço da qualificação do território.

O Protocolo de Cooperação entre a autarquia e a Passos e Compassos – Associação para a Divulgação e o Desenvolvimento das Artes do Espetáculo permitirá estabelecer relações aprofundadas que contribuem para um maior desenvolvimento cultural local.

A Passos e Compassos é uma associação, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal a divulgação e o desenvolvimento das Artes do Espetáculo e prossegue um projeto de Dança Contemporânea, através da DançArte.

A DançArte, enquanto Companhia Residente no Cineteatro São João, tem dinamizado um trabalho de divulgação e desenvolvimento desta arte específica através de Cursos de Formação, Workshops, Seminários, criação e apresentação de espetáculos, entre outras iniciativas culturais relacionadas com a Dança Contemporânea, em estreita colaboração com a comunidade, em particular a educativa.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo de cooperação com a Passos e Compassos – Associação para a Divulgação e o Desenvolvimento das Artes do Espetáculo, cuja minuta faz parte integrante da presente proposta.»

**Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Passos e Compassos numerada DCDJ 01\_09-18 intervém:**

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que em termos muito genéricos o compromisso entre as partes, prevê a cedência de equipamentos culturais à companhia, para a realização de espetáculos e prevê também, o apoio através de um subsídio anual de 15 mil euros, o apoio na divulgação de atividades e apoio logístico para a realização dessas mesmas atividades. Da parte desta estrutura cultural, há o compromisso de organizar em parceria com o município, a semana da dança que envolve vários espetáculos, workshops, exposições, debates, entre outras atividades; o Dia Mundial da Dança; as Férias Culturais entre as edições anuais; a apresentação de duas produções, espetáculos em estreia, por ano; a garantia de apresentar anualmente o espetáculo para crianças na programação da Semana da Dança; um espetáculo para a comunidade educativa do 1º ciclo, que se traduz aqui em 10 espetáculos; o compromisso, também, de garantir anualmente um espetáculo para crianças, destinado ao pré-escolar, integrado na programação da Semana da Dança que se traduz em 16 sessões, abrangendo todas as freguesias do Concelho e um outro compromisso de desenvolvimento de um concurso, à volta da dança e a criação de um espetáculo para bebés de dois em dois anos. Portanto, genericamente é este o acordo entre as partes. Refere, igualmente, que a avaliação que fazem do protocolo anterior, é uma avaliação muito positiva, a Passos e Compassos tem desenvolvido uma atividade que considera exemplar, com uma grande interação com a comunidade educativa, mas também com outros agentes culturais do Concelho, tendo sempre como referência, levar a dança, a música às cinco freguesias do Concelho. Tem igualmente, procurado atingir vários públicos, nomeadamente no que se refere às diferentes faixas etárias,

procurando fidelizar ao longo dos anos, esses mesmos públicos e, portanto, esta companhia é, no âmbito daquilo que é a estratégia de desenvolvimento cultural do município, uma companhia com um trabalho exemplar. Palmela, conhecida atualmente, como terra de cultura, também muito deve ao trabalho desenvolvido pela companhia, residente no Cineteatro São João, "DançaArte".

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização da 3.ª edição do Mercado Caramelo.**

#### **PROPOSTA N.º DCDJ 02\_09-18:**

«A Câmara Municipal é um parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas locais enquanto eventos identitários da comunidade, apoiando técnica, logística e financeiramente no reconhecimento da importância destas atividades na dinâmica, cultural e socioeconómico local.

O Mercado Caramelo é uma organização da Confraria da Sopa Caramela e da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, e a sua 3.ª edição terá lugar de 11 a 13 de maio próximo.

O Mercado Caramelo é uma recriação temática que pretende conjugar a animação e a história, envolvendo na sua organização e dinamização instituições e Movimento Associativo da freguesia, contribuindo para a preservação e divulgação das tradições e identidades locais.

A divulgação da Sopa Caramela é uma das ações emblemáticas do Mercado, contribuindo para a promoção do comércio tradicional e dinamização turística do Concelho.

Assim, **propõe-se** de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela de Pinhal Novo, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), como participação municipal à realização do Mercado Caramelo 2018.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da 22.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo.**

#### **PROPOSTA N.º DCDJ 03\_09-18:**

«A Câmara Municipal, no seu continuado relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações que assumiram como objetivo principal a realização

das Festas Locais enquanto eventos comunitários, apoiando-as técnica, logística e financeiramente reconhecendo a importância destas atividades no panorama, cultural e socioeconómico local.

Considerando a importância local das Festas Populares, **propõe-se** à Câmara Municipal deliberar o apoio financeiro à realização da 22.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo, que se realizará de 7 a 12 de junho, iniciativa com um marcado cunho comunitário, ligada às enraizadas tradições caramela e ferroviária, aliando uma forte visibilidade económica e associativa da comunidade local, reconhecendo o esforço de todos aqueles que voluntariamente mantêm vivas as tradições dos diferentes territórios no Concelho.

Assim, **propõe-se** de acordo com o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro no valor de € 36.000,00 (trinta e seis mil euros) à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local sendo € 14.000,00 (catorze mil euros) destinados a atividade e € 22.000,00 (vinte e dois mil euros) para participação na contratualização de instalação da infraestrutura elétrica.

Para além do apoio financeiro proposto estima-se em € 12.200,00 (doze mil e duzentos euros) o valor do apoio logístico a disponibilizar.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de São Gonçalo.**

### **PROPOSTA N.º DCDJ 04\_09-18:**

«A Câmara Municipal é um parceiro das organizações associativas que assumem a realização de festas e eventos locais, enquanto momentos identitários da comunidade, apoiando técnica, logística e financeiramente, na afirmação destes eventos na dinâmica cultural e socioeconómico local.

A Associação das Festas de São Gonçalo, irá realizar de 11 a 13 de maio as tradicionais Festas em Honra de São Gonçalo.

As Festas de São Gonçalo, de cariz religioso e profano, com fortes tradições e fazendo parte do roteiro cultural da Freguesia de Quinta do Anjo, contam com um programa de artistas locais e nacionais assim como a tradicional procissão e missa de homenagem ao padroeiro.

Assim, **propõe-se** de acordo com o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a

atribuição de apoio financeiro no valor de € 1.000,00 (mil euros) à Associação das Festas de São Gonçalo, como participação financeira à edição 2018 das Festas de São Gonçalo.

Para além do apoio financeiro estima-se em € 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros) o apoio logístico, dos quais € 5.000,00 (cinco mil euros) referentes a infraestruturização elétrica.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Palmela – Festas das Vindimas para a realização da 56.ª edição da Festa das Vindimas.**

### **PROPOSTA N.º DCDJ 05\_09-18:**

«A Câmara Municipal é um parceiro das organizações que assumem a realização de festas e eventos locais identitários da comunidade, apoiando técnica, logística e financeiramente estes eventos, que contribuem para a dinamização cultural e económica do concelho.

A Associação das Festas de Palmela, irá realizar de 30 de agosto a 4 de setembro a 56.ª edição da Festa das Vindimas, momento alto de afirmação das raízes e da identidade local, e expressão do forte dinamismo associativo, cultural e económico do concelho de Palmela, onde os magníficos vinhos de Palmela e da região ocupam um lugar central.

A Autarquia tem sido um parceiro fundamental na concretização da festa, através da cedência de espaços, apoio logístico, financeiro e um suporte institucional decisivo para a realização de um evento com reconhecido prestígio nacional e internacional – a primeira Festa das Vindimas a realizar-se no nosso País – um evento que contribui para a valorização do mundo rural e da vitivinicultura, bem como para a dinamização da economia e atratividade turística do território.

Assim, **propõe-se**, de acordo com o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) à Associação das Festas de Palmela – Festas das Vindimas, sendo € 22.000,00 (vinte e dois mil euros) referente a participação de apoio a atividade, € 11.000,00 (onze mil euros) referente a segurança e € 17.000,00 (dezassete mil euros) referente a infraestruturização elétrica.

Para além do apoio financeiro, estima-se em € 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros) o apoio logístico e € 2.050,00 (dois mil e cinquenta euros) em utilização do Cineteatro São João.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

### **PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 23.ª Mostra de Vinhos em Fernando Pó.**

#### **PROPOSTA N.º DCTEL 01\_09-18:**

«A Mostra de Vinhos em Fernando Pó é um dos grandes eventos da região, dedicado à promoção e venda de vinhos e que se realiza no coração da região vitivinícola da Península de Setúbal.

Desde o início do certame a organização da Mostra proporciona a ligação dos produtores aos consumidores. Este é um excelente espaço de convívio, onde os clientes mais conhecedores têm a oportunidade de aprender mais sobre esta grande região de vinhos e os seus protagonistas, enquanto provam produtos que não encontram nos circuitos comerciais mais habituais.

Esta edição contará com um novo espaço multiusos para a sua realização, o que resulta de um investimento na ordem de € 178.668,38 (cento e setenta e oito, seiscentos e sessenta e oito euros e trinta e oito cêntimos), efetuado em 2017, pelo Município de Palmela, tendo por objetivo dotar a Associação de Cultura e Recreio de Fernando Pó de um equipamento que permitirá a qualificação da Mostra de Vinhos, assim como, o desenvolvimento de outros projetos, no quadro da futura Aldeia Vinhateira. O investimento em causa, resulta de candidatura ao PORL2020.

O Município de Palmela, no âmbito dos seus objetivos de valorização da produção local e salvaguarda dos produtos tradicionais, assim como no quadro do ponto anterior, apoia a organização da Mostra de Vinhos em Fernando Pó, enquanto importante espaço de promoção e divulgação deste território e dos seus agentes, pelo que, de acordo com o disposto na alínea u) nº 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** atribuir um apoio financeiro de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, por forma a fazer face às despesas com a organização do evento, que terá lugar nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2018, naquela localidade.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:



**PONTO 8 – Retificação do traçado do topónimo “Rua João Cardoso Maçarico”.**

**Requerente: Junta de Freguesia de Palmela. Proc.º Top-47/09. Local: Aires – Palmela. Requerimento n.º 1572/2018.**

**PROPOSTA N.º DAU 01\_09-18:**

«Leonor Maria de Sousa Conceição, moradora na “Rua João Cardoso Maçarico”, Lote 35, em Aires, apresentou exposição à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Palmela, relativa às dificuldades em localizar o troço da rua onde reside (troço poente), em particular pela emergência médica e civil, tendo havido, inclusive, alguns problemas no socorro aos/às residentes.

Antes de mais, importa esclarecer que, por deliberação de Câmara a 23/01/2002, foi aprovada a designação toponímica “Rua João Cardoso Maçarico”, inserido na operação de loteamento, titulada pelo alvará de loteamento n.º177.

Posteriormente, numa segunda fase e já no âmbito de uma outra operação de loteamento, titulada pelo alvará n.º 257, foi constituído um novo troço de arruamento que se pretendia em continuidade do troço antes aprovado, tendo sido aprovado por deliberação municipal de 18/02/2009, o prolongamento da designação toponímica “Rua João Cardoso Maçarico (ver planta 1 em anexo) a este novo troço.

Não obstante as aprovações referidas, não existe ligação real entre os troços dos arruamentos já referidos, havendo até uma descontinuidade física (na zona assinalada na planta 1), razão que, com certeza, estará na origem da dificuldade sentida por todos na localização do arruamento em causa.

Em rigor, à data e atendendo às expectativas urbanísticas, ficou pendente a ligação entre os troços aprovados em ambos os loteamentos, uma vez que tramitava uma operação urbanística para a propriedade confinante a norte, que acabou por não se concretizar, mantendo-se a interrupção viária referida.

Da análise da situação real, verificou-se que o troço da Rua Cardoso Maçarico inserido no alvará de loteamento n.º 177, não serve de acesso efetivo a qualquer habitação, nem se prevê que venha a servir, uma vez que está completamente consolidado e todas as edificações existentes têm acesso pela Rua Agostinho Augusto Pereira, pela Rua Capitão Clemente José Junçal e pela Rua Joaquim José Carvalho. Já o troço inserido no alvará de loteamento n.º 257, serve de acesso a 9 lotes, tendo sido iniciada a indicação de nºs de polícia.

Neste contexto e tendo como principal objetivo colmatar as dificuldades reportadas, na identificação da localização do topónimo em causa, propõe-se a retificação do traçado do topónimo “Rua João Cardoso Maçarico”, conforme planta 2 (em anexo), adequando-o à

realidade atual e ao efetivo serviço da população residente, com especial atenção à emergência médica e civil.

Assim, o traçado final do arruamento em causa, tem início na Rua Ilha de Santiago e término em impasse (sem saída) e enquadra-se nos termos conjugados dos artigos 2º, n.º1 alínea qq) e artigo 9º, n.º 1, alínea c) do *Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP)*.

Este assunto, também reportado pela munícipe à Junta de Freguesia de Palmela, foi levado à Comissão de Toponímia reunida a 15/03/2018, tendo-se encontrado a solução agora proposta na referida reunião.

Face ao exposto e ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1, do art. 33º, da Lei 75/2013, na redação em vigor, **propõe-se** a retificação do traçado do topónimo "Rua João Cardoso Maçarico" conforme planta 2 em anexo, que faz parte integrante da presente deliberação.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O **Sr. Presidente** pergunta se há Munícipes para intervir neste período.

### **Sr. Orlando Margarido (1.)**

Cumprimenta os presentes e refere que é residente nas Lagameças e que tem 4 questões que gostaria de colocar.

A primeira questão que apresenta prende-se com um pedido que fez para a Rua de Pegos, de um caixote do lixo em fevereiro de 2017, com o processo n.º 1466/2017 e até à data, não foi colocado. Também referente a esta Rua de Pêgos, gostaria de sugerir uma situação e que pudessem avaliar, uma vez que nessa rua, ultimamente tem havido várias mortes de animais, cães e gatos, porque, infelizmente, os senhores/as condutores/as passam por ali a grande velocidade, pelo que sugere a colocação de lombas.

Aproveita também, para fazer uma pergunta, se está prevista para este mandato, o melhoramento da estrada que vai do Pinhal Novo ao Poceirão, porque é uma estrada com muito trânsito, ali naquela zona no Poceirão onde está instalada a logística de automóveis bastante grande, onde passam muitos camiões, que às vezes carregam 10 carros e se as pessoas não têm cuidado e se não se desviam para a berma, são capazes de abalroar uma pessoa. Nessa estrada, está um troço perto das Lagameças que está em condições, mas, de resto, na Palhota, em Areias Gordas e nas Lagameças tem ali bastantes buracos junto às

bermas. Percebe que tem custo elevados, mas infelizmente, tem assistido a muitos acidentes nessa estrada.

Uma última questão, está relacionada com um terreno na Lagoinha, Brejos dos Carreiros na Augi Bairro Maria Luisa, propriedade de sua mãe, e que está em processo de legalização desde que nasceu, ou seja há cerca de 42 anos, pelo que gostaria de saber, se fosse possível, porque de acordo com as fontes que tem, que em agosto vão ser acabadas algumas obras, nomeadamente a estrada que lá falta e os esgotos e têm a previsão de, talvez daqui a um ano, passar Augi, a metros quadrados, ou seja ficar legal. Pelo que gostaria de saber se o que lhe disseram é ou não verdade. Manifesta o sonho de ir para lá morar desde pequeno, mas não se concretizou devido a este mesmo problema, de não estar legal, mas se for legalizado assim como dizem, ainda vai para lá morar.

### **Saída da reunião de um Vereador**

Nesta altura, pelas dezoito horas e catorze minutos, o Sr. Vereador Paulo Ribeiro ausenta-se da reunião.

### **Sra. Filipa Esteves (2.)**

Cumprimenta os presentes e refere que vem falar sobre a temática que já foi abordada, sobre a indústria de cortiça que está a laborar em condições, não regulares. Algumas das informações adicionais que, porventura, poderá trazer e ajudar a analisar essa questão, são as seguintes:

- Em dezembro, quando estiveram presentes na sessão pública, já tinham decorrido nessa data, duas vistorias àquela indústria. Nessa mesma data, foram notificados, enquanto reclamantes, do resultado da 2ª vistoria que foi feita em setembro de 2017. Nessa vistoria, existe uma série de pontos de inconformidade da laboração daquela indústria, não só em termos do prejuízo que causa para o exterior, mas, inclusivamente, nas condições que oferece aos seus próprios trabalhadores e que lhe parece, também, questões gravíssimas, porque também consegue colocar-se na pele dos outros, portanto, não consegue concordar com a forma de como aquelas pessoas são tratadas, lá dentro, nas condições em que trabalham. Por isso quando falam aqui no dia 1º de Maio, convém ter esse assunto também atenção.

Portanto, de todas as inconformidades que aquela indústria apresenta, foi-lhes dado um prazo de 60 dias para regularizarem as situações. Esses 60 dias são úteis, não são calendário, segundo o que está disposto no próprio SIR, no Sistema da Indústria Responsável e, portanto, pelas contas que fez, os 60 dias úteis corresponderão, mais ou menos, a 3 meses do calendário, 12 semanas, mais coisa menos coisa. Decorrido esse prazo, portanto, se a data foi contada a partir da data em que tomámos conhecimento, não sabe se é assim, foi o que presumiu, porque não foram notificados dessa data, presumo que seja anterior à data em que

tomaram conhecimento. De qualquer das maneiras nesta altura do campeonato, esse prazo já estará expirado.

Pelo que a questão é, o que é que agora, da leitura que fez da legislação, porque há males que vêm por bem, sempre ficam mais informados, estudam mais um bocadinho sobre os vários assuntos e, portanto, da leitura que fez, podem ser promovidas pela Entidade Coordenadora do Licenciamento que, neste caso, é a Câmara Municipal de Palmela, podem ser promovidas três vistorias de conformidade. Duas já foram feitas, falta a terceira, portanto, essa terceira vistoria terá, que ser agendada com o máximo de brevidade possível, para aferir do cumprimento ou não daquilo que foi pedido. Portanto, uma das questões é, saber exatamente, se essa vistoria já está programada ou não.

Outra questão tem que ver com essa questão que o Sr. Presidente mencionou, e julga que o Sr. Vereador Adilo Costa, também apontou esse assunto, da medição da emissão de poeiras, eventualmente, para o exterior. Nesta fase não é preciso nenhuma equipa técnica especializada, de onde quer que seja, até porque tem fotografias tiradas na semana passada do seu carro, que ficou estacionado durante uma hora à porta da casa de seus pais e se permitirem mostrar, podem visualizar naquele ecrã, onde se vê o tejadilho do carro e as restantes partes, completamente cobertos de poeira, aliás, relata que há umas semanas atrás, tiveram um convívio em casa com alguns amigos e que ficaram furiosos, porque a empresa estava naquela noite a triturar madeira, do tal processo de fabrico que esta empresa implementou e, que pelos vistos, não está ainda licenciado, a propagação foi tal para o exterior, que os carros ficaram cobertos de lixo, de poeiras. Esses seus amigos comem, bebem, divertem-se e vão à vida deles, os que moram lá, que estão lá todos os dias, a respirar aquele ar cheio de detritos, não têm como fugir, pelo que a questão que colocam, continua a ser a seguinte, e agora da leitura mais atenta que fez da legislação, consegue ter, se calhar, uma perceção diferente das coisas.

O que o SIR prevê, no caso desta indústria, segundo informação do IAPMEI que foi classificada como sendo de tipologia 3, ou seja, tem que ver com os graus de perigosidade das indústrias. Esta indústria tem como entidade coordenadora a Câmara Municipal, que obviamente, tem que se articular e coordenar com todas as outras Entidades, mas o que tem sido dado a entender e julga que também foi esse o sentido da sua intervenção em dezembro, era que precisavam da intervenção de outras entidades e, portanto, já que não lhes ligam nenhuma, façam vocês cidadãos, munícipes, também, uma pressão para que compareçam, nomeadamente, no IGAMAOT e foi isso que fizeram. A 15 de janeiro enviaram uma reclamação para o IGAMAOT, com conhecimento para ao IAPMEI, à APA - Agência Portuguesa do Ambiente e à Câmara Municipal, para terem conhecimento de que estavam, novamente a envidar esforços nesse sentido e de todas essas Entidades, receberam resposta, menos da Câmara Municipal, poderá ter sido uma falha, poderiam pelo menos ter acusado a receção. Mas quem lhes respondeu, foi o IGAMAOT e o IAPMEI, tem consigo aqui, a resposta e presume que tenha sido esta questão

que o Sr. vereador Paulo Ribeiro há pouco se referiu, e essa comunicação, tanto a resposta que veio do IGAMAOT face à reclamação apresentada, foi endereçada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, no dia 2 de fevereiro de 2018 e que diz o seguinte, em relação à denúncia que foi feita relativa à dita indústria, portanto, isto é a resposta que foi endereçada ao Sr. Presidente, "junto se envia a vossa Excelência, o Senhor Presidente, denúncia remetida a esta inspeção-geral, atentas as competências desses serviços da Câmara, no âmbito do sistema da indústria responsável aprovado pelo decreto-lei (...)", portanto, não vale a pena entrar aqui em pormenores legislativos, "solicitando-se a averiguação dos factos denunciados e atuação em conformidade, agradecendo antecipadamente o envio de informação sobre os resultados alcançados no prazo de 20 dias. Mais se informa que é dado conhecimento do presente ofício, à Agência Portuguesa do Ambiente e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do de Lisboa e Vale do Tejo, Entidades que também receberam esta denúncia, bem como aos denunciantes". Esta foi a resposta que receberam do IGAMAOT, e permitam a expressão popular "chutar um bocadinho a bola para lá", para a Câmara. A Câmara Municipal tem responsabilidades aqui; O IAPMEI também respondeu, desta feita, por email, a dizer que em relação à reclamação que enviaram IGAMAOT, com conhecimento para eles, "o licenciamento da referida entidade passou para a Câmara Municipal, desde 1 de março de 2016" e, portanto, no último parágrafo da resposta, dizem o seguinte: "cabará agora à Câmara Municipal, assegurar as ações que entender por convenientes, no âmbito de tratamento da presente reclamação.

Qual é o entendimento que pode fazer neste momento? Se havia a necessidade da Câmara Municipal recorrer ou esperar pelos pareceres destas Entidades, para tomar medidas mais enérgicas, se for o caso, eles, estão a remeter para a Câmara essa responsabilidade, portanto daquilo que leu no SIR, no decreto-lei, também está previsto que, as medidas de fiscalização, que compete, por um lado à ASAE e, por outro lado, à Câmara Municipal, aliás, às Câmaras Municipais, quando essas atividades se constituam como entidades coordenadoras do licenciamento dessas atividades, que é o caso; em relação à ASAE, não tem conhecimento, se a Câmara alguma vez, fez alguma comunicação, algum pedido de ajuda e de intervenção neste sentido. Em relação às eventuais medidas sancionatórias, o diploma também é perentório, também diz que, no caso da entidade coordenadora ser a Câmara Municipal, cabe ao Sr. Presidente, como órgão máximo da Câmara Municipal, proceder ao processo sancionatório que entender por conveniente, que pode ir, está na lei, várias sanções, desde a suspensão da atividade, caso considere que aquelas inconformidades ainda podem ser sanadas ou inclusivamente, ao encerramento da unidade, se achar que não há mesmo volta a dar. Portanto, a questão e agora remete para o Sr. Presidente diretamente, porque aludindo um pouco ao início da tarde, com as alusões ao 25 de Abril e ao espírito de defesa dos direitos, mas também deveres, de liberdade, de cidadania, portanto, é isso que têm estado a fazer, têm estado a intervir, no sentido de defender os seus direitos e os direitos alheios também. Algo

que aprendeu com o Sr. Presidente há muitos anos atrás e, portanto, o que neste momento, queremos efetivamente ter a noção, é, qual o ponto de situação, se vai haver uma nova inspeção ou não, uma nova vistoria e pelos vistos, não é necessário haver assim tanta intervenção destes organismos que referiu, porque eles estão a remeter para a Câmara Municipal essa responsabilidade.

No meio disto tudo, alguém não se está a entender, considera que tem de haver aqui um ponto concórdia, o decreto-lei, refere que a Câmara tem poderes para atuar. Outra questão que coloca e já agora, recorrendo aqui, também, aos conhecimentos do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, porque é advogado de profissão, nós, cidadãos, tendo a notícia de que existe uma situação qualquer, que foi denunciada e que foi colocado um processo em tribunal, têm a possibilidade de pedir junto, eventualmente, do Ministério Público, qual é o andamento do processo, como é que está o processo a decorrer, o que é que está a ser feito, se foi arquivado ou não, se tiverem essa possibilidade, então gostariam, enquanto moradores, que a Câmara Municipal, se possível, facultasse o número do processo do embargo das obras, porque isto parece uma situação inimaginável, como é que alguém, nem sequer tem a estrutura legalizada, fez um alargamento de instalações que não está autorizado, e ainda assim, conclui tudo, compra a maquinaria e começa a laborar sem condições, prejudicando terceiros de toda a forma possível e não lhe acontece nada.

Será que não existe mesmo um mecanismo legal que permita à Câmara, tomar uma medida mais enérgica, pelo que continua a ser esta a questão e a preocupação de quem lá vive. Recorda que têm sido sempre os mesmos a dar a cara, porque é sempre confortável haver quem defenda os nossos direitos e os nossos interesses, estando nós sentadinhos no sofá, mas existem mais prejudicados, portanto, não são efetivamente, só nós a ter esta situação e basta que qualquer um dos senhores se dirija ali, para ver em que condição é, que, a empresa está a laborar. Efetivamente, inspeções ou qualquer ação que seja tomada para ter efeitos práticos, o industrial não pode ser avisado, porque se não o efeito é sempre o mesmo, se um qualquer restaurante que não esteja em condições, se é avisado pela ASAE, nesse dia, trata de pôr um restaurante um brinco, se for preciso, até tem direito a estrela Michelin, portanto, há que ter em atenção a estas situações.

### **Sr. Armando Esteves (3.)**

Refere que é preciso que toda a gente fique a saber que essa fábrica de extração de cortiça, que 70% da fabricação dessa fábrica é feita ao ar livre, isto é inconcebível em pleno século XXI. Têm pavilhões, mas usam-nos para guardar as máquinas, porque o restante é feito na rua, é a trituração de cortiça, é a separação da cortiça, é a trituração da madeira, tudo isso ao ar livre.

Refere ainda que, se a fábrica for para continuar a existir, o Sr. Presidente tem de obrigar o proprietário da fábrica a fazer pavilhões, para fazer essa fabricação condicionada. Refere que,

não cabe na cabeça de ninguém, uma situação daquelas, há dois anos que andam nesta luta, um crivo que foi plantado no meio da rua, a fazer a separação da cortiça do lixo, quase sempre o vento está do lado norte, tem a sua casa, exatamente, em frente, estão a toda a hora, a todo o instante, a ser bombardeados com aquele pó de cortiça, não se consegue viver ali. Refere que já mora ali há 30 anos e aquela fábrica caiu ali, de "paraquedas" e no seu entender, continua a atribuir muitas responsabilidades à Câmara Municipal, porque a fábrica começou com um pavilhão pequeno, depois, foram acrescentados dois pavilhões e se no seu terreno estiver a fazer lá mais uma casa, a fiscalização cai-lhe logo em cima, enfim, e aquele individuo fez tudo e mais alguma coisa, e continua a laborar e nada se passa. Isto é completamente inconcebível e acha que a Câmara tem muitas responsabilidades nesta situação, porque tem andado um pouco adormecida sobre esta situação, e não quando a responsabilidade destas situações era do Ministério da Economia, muitas queixas fizeram para lá, e foram, exatamente, essas as pessoas que foram até lá, fiscalizaram e que obrigaram a muita coisa para que corresse melhor. Nessa altura, todas as tubagens e buracos que ali havia, foram tapados, as janelas que davam para o exterior, foram fechadas, só foram abertas as portas da necessidade do trabalho da fábrica, a partir daí, não houve mais fiscalização, desde que a responsabilidade passou para a autarquia, não houve mais fiscalização nenhuma e o proprietário, a partir dessa data, numa das paredes da fábrica, que dá exatamente, para a sua casa, abriu uma porta de onde sai todo o barulho, o pó, tudo e mais alguma coisa e nada é fiscalizado e voltaram a queixar-se, andam nisto á uma remessa de anos e nada se conclui, queixam-se a toda a gente e ninguém faz nada, só falta queixarem-se ao homem dos afetos, se calhar vai ser o próximo caminho e espera que mais uma vez, consigam ser ouvidos.

**Sr. Fernando Couto (4.)**

Cumprimenta os presentes e refere que é morador em Poceirão, na localidade da Asseiceira e gostava de saber de quem é a responsabilidade da reparação de uns buracos na Rua João da Costa, em Asseiceira, do lado nascente. Antes de começar a chover, passaram lá com uma niveladora, na estrada que é de terra batida, e quando passou em frente à casa de um familiar seu, empurra a lâmina e faz um buraco. Foi lá ver, depois foi à junta de freguesia do Poceirão e a Sra. Presidente disse que ia falar com a Câmara, para resolverem a situação. Entretanto choveu, o buraco encheu e como passam ali muitos camiões, agora já existem muitos buracos, esses buracos estão cheios de água e quando passam esses camiões, as águas salpicam as paredes, as portas e depois fazem corrosão. Gostava de saber de quem é a responsabilidade, se é da Junta de Freguesia ou se é da Câmara Municipal, para resolverem a situação.

Em relação à sua baixa médica, queixou-se aqui, numa reunião de Câmara há pouco tempo, queixa-se de assédio moral e de ter sido posto de parte, em relação ao trabalho que fazia, horas extras e tudo o mais. Refere que o Sr. Presidente disse que mandou instaurar dois

processos para resolver essa situação e gostava de saber o número dos processos e a data em que foram abertos. Isto porque há uma divergência nas informações que recebeu, da outra vez que falou na reunião de Câmara, por que há cerca de duas semanas apareceram uns senhores de Divisão Jurídica, a intimarem-no. Como Já disse, está de baixa, está de cama com problemas na coluna, na anca e no joelho e teve de ser obrigado a sair de casa, com um ordens e especificações contrárias do médico, para se deslocar à Divisão Jurídica, depor. Acha que há alguma coisa que não bate certo e está inscrito nos estatutos do funcionário público, nos deveres deontológicos, há coisas que não batem certo e gostava de saber se o Sr. Presidente o número desses processos e a data em que foram abertos.

**Sra. Helena Santos (5.)**

Cumprimenta os presentes e refere que é residente na Avenida Padre Nabeto em Aires e que pretende colocar umas questões, que são as seguintes:

. Gostava de saber quando é que está previsto o início da obra de esgotos na Avenida Padre Nabeto, será que ainda é para este ano ou se é para o ano, se têm algumas datas previstas ou não?

. A segunda questão, está relacionada com a primeira pergunta, ou seja, gostaria de saber se vai haver estacionamento na Avenida, porque desde o infantário, passando pela curva do café até ao abrigo das camionetas, portanto, toda essa zona tem estacionamento de carros, durante o dia, umas vezes mais, outras vezes menos, isto não contando com as festinhas do infantário, com as reuniões de pais que, por vezes não têm onde pôr os carros. Uma vez, a obra começada e feita, é claro que os passeios fazem jeito para os cidadãos, mas se não houver estacionamento, os carros vão para cima dos passeios na mesma, portanto, gostaria de saber se, quando essa obra começar a ser feita, se realmente haverá estacionamento ou não nessa zona, porque na outra não vê necessidade nenhuma de haver estacionamento.

A terceira pergunta está relacionada com o dono daquelas casas, desde o café, exceto a última e a penúltima, além de um pátio que ele tem, tem cerca de 20 e tal inquilinos, entre armazéns, oficinas e casas de habitação. Atualmente esse senhor disse que tem cerca de 19 inquilinos. Aquilo, agora, que pertence ao filho e à mãe, porque o pai já faleceu e esse senhor era para estar aqui hoje, esteve na última reunião, mas hoje não apareceu. Ele tem todas canalizações dessas casas, conduzidas para a Quinta e segundo consta, três grandes fossas. Aquele terreno tirando ali, o que está na estrada e algumas por trás, de resto, é tudo a descer. Esse Senhor diz que, quando começar a obra da Avenida para as ligações de esgotos, não vai fazer ligação à Avenida, porque diz que já tem as canalizações todas feitas no fundo da Quinta que dá para a Rua de Setúbal, todas essas canalizações seriam ligadas por aí, mas, claro que isto depois é um assunto entre o município e o proprietário.



Outra questão que coloca, relaciona-se com um caminho camarário, um caminho público onde geralmente passam todas as pessoas que vão a pé, inclusive, até os ciclistas passam, é o caminho que vai da vivenda alentejana até ao abrigo da camioneta, na estrada principal. O proprietário do terreno debaixo vedou, até arranjou o caminho na altura, na parte de cima desse caminho caíam grandes barreiras, o senhor limpou e assentou a rede em cima da terra, se calhar, se tivesse feito caboucos e uma coisa mesmo baixa, aquela erva grande não crescia e tapa o caminho. Nesse caminho, quando chove muito, faz uma grande poça, lá no fundo. Por isso, um dia que essa obra na Avenida arranque, gostariam que o município arranjasse esse caminho, porque é um caminho público, onde toda a gente passa, os miúdos vão para a escola, é o caminho que toda a gente passa.

Ainda sobre as casas, de que falou antes, o senhor que é proprietário dessas casas já veio à câmara, mas não sabe precisar há quanto tempo e essas casas não têm número de polícia. Isso faz-lhe confusão porque é que aquelas casas não têm número de polícia.

A última pergunta que tem e já que tem pedido tanta coisa para os outros, também vai pedir para si, na sua rua, a Rua Portal Branco e as 2 primeiras vivendas estão ao nível do pavimento, mas as outras duas têm uma grande subida e a terceira ainda mais, para subirem com os carros é sempre um caso complicado e uma vez quando se fizer essa obra, pedia que fossem nivelados, arrançados.

**Face às intervenções do Público são dadas as seguintes respostas:**

\_ Em resposta ao Sr. Orlando Margarido (1.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente ao pedido de contentor de RSU em Fevereiro de 2017, vai pedir para que junto dos serviços municipais identifique o seu endereço e email, para perceberem o rasto, em que serviço o assunto parou e porque é que não teve resposta, positiva ou negativa sobre o facto.

O **Sr. Orlando Margarido** refere que teve uma resposta positiva.

O **Sr. Presidente** esclarece que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que o contentor foi colocado. Afinal, houve resposta, porque inicialmente entendeu, pela intervenção do Sr. Orlando Margarido que não tinha havido resposta. Partem então do pressuposto que o contentor pode não ter sido colocado no local certo, também, têm que aferir se, efetivamente foi isso ou se alguém roubou esse contentor. Infelizmente há muitas situações dessas, não só no concelho, mas irão averiguar. Por outro lado, esclarece que os contentores, quando são colocados em alguns arruamentos, obedecem a distâncias e a níveis de serviço, estão regulamentados e, pelo facto de ser o cidadão A, B ou C a solicitar, não significa que ele seja colocado, exatamente à sua porta, ficam colocados a uma determinada distância um do outro, em função do número de fogos que existem no local e nessas zonas de edificação dispersa, é mais difícil ter um nível de serviço de grande proximidade. Como referiu, a Câmara irá averiguar

e depois contactará o senhor Orlando por telefone ou por email, para no local se ver uma realocização ou se voltam a colocar num sítio que lhe dê acesso. Até propõe que, se calhar, é melhor marcarem um encontro no local com o técnico municipal responsável pela área, a Sra. Vereadora encarregar-se-á desse assunto.

Quanto à questão das lombas na Rua dos Pêgos, esclarece que atualmente, há um conjunto de normas da Direção Geral de Viação, até sobre a execução das lombas, que prioritariamente devem ser substituídas por outros mecanismos redutores, inibidores de velocidade e devem ser cada vez mais suaves, enfim, há muitas teorias, mas que têm, de facto, alguma fundamentação. A Câmara Municipal, nos últimos dois anos, fez, cerca de duas dezenas de lombas no Concelho, face a 200 pedidos, ou seja, uma média de 10%, porque o deferimento ou indeferimento de cada um dos pedidos, hoje tem subjacente uma consulta aos Bombeiros, à Proteção Civil sobre quais são os eixos prioritários e se impede ou não e, de facto, em algumas zonas os pareceres, por exemplo na estrada municipal a 533-1, onde existem lombas na zona da Palhota, uma delas vai ser retirada, no resto da estrada não existe porque, nas estradas municipais não devem haver lombas, nem nas estradas nacionais, mas em outros arruamentos limítrofes, em função do aglomerado, pode haver lombas. Esclarece que uma coisa é uma lomba, outra coisa é uma passadeira e uma outra coisa é uma passadeira em lomba, porque os serviços municipais, por vezes indeferem, por que existem sítios, onde não havendo passeios, nem havendo local para o peão sair da passadeira, às vezes é indeferida a colocação da Lomba, porque ela vem identificada como passadeira-lomba e naquele sítio não é correta uma passadeira. Refere que tem acompanhado essas questões ao pormenor, porque já passou muitas situações de escrutínio técnico e político, sobre a realização, sim ou não, das lombas em determinados sítios, por vezes, com pareceres desfavoráveis, precisamente dos veículos da Proteção Civil e dos Bombeiros. Solicita ao Sr. Orlando Margarido que faça chegar esse pedido, solicitando a colocação de uma bomba, ou de uma passadeira, para que a Câmara Municipal possa analisar tecnicamente e verem se essa é a solução para o local. Refere que, por princípio, são contra a colocação de lombas nesses locais, está definido nessas localidades, em zonas dessa natureza, que os veículos têm de andar a 50 quilómetros/hora, em outros sítios a 70 quilómetros/hora, mas tem razão, ninguém cumpre.

Sobre o melhoramento da estrada de Pinhal Novo ao Poceirão, refere que em bom rigor, essa estrada começa no Penteado, é a estrada municipal 533-1, e vai até ao Poceirão que se entronca com a EM 533 e que se reúnem na zona do Lau. A EM 533-1 já teve três intervenções e está no plano de investimentos, todos os anos fazem uma intervenção. Intervieram no centro de Lagameças, em dois momentos, no mesmo ano, recentemente à saída de Poceirão e este ano, vai agora à revisão do orçamento um reforço da dotação orçamental, todos os anos deste mandato, no plano de investimentos está previsto fazer mais cerca de quinhentos a mil metros nessa estrada. A estrada não está toda em mau estado, há um troço, à saída do mercado do Lau em direção às Areias Gordas, o pavimento está em condições e, diria mesmo, até à entrada

da Rua do Ouro. Quando entram ali, a seguir ao cruzamento da Palhota, até à fábrica dos elétrodos, a estrada está em más condições, enfim, aquela zona da curva que entronca com a estrada dos Espanhóis, num Aceiro, que vai depois em direção às bombas de combustível das Lagameças, está péssimo, portanto, como não há dinheiro para fazer tudo de uma vez, porque a estrada tem dezenas de quilómetros, têm agido numa lógica de, todos anos, investir cerca de 70 a 100 mil euros e, vão, naturalmente, aos locais mais perigosos. Quando referiu os acidentes, infelizmente já assistiu a um e teve conhecimento pelo jornal de mais um, gravíssimo, e curiosamente, aconteceram num troço de estrada que estava em condições, muitos deles devem-se à questão da velocidade e pela questão de uma estrada que era, de ligação entre localidades, hoje tem tudo construído à beira, também a questão das bermas e dos passeios, enfim, não são centros urbanos e, portanto, algumas zonas até precisam que os particulares pudessem ceder uma parte do seu terreno, para poderem fazer uma circular para peões.

Relativamente ao terreno que referiu, em Brejos dos Carreiros na Augi Maria Luisa, pertence a uma área urbana de génese ilegal, tem uma Comissão de Administração que tem estado a trabalhar bem, as pessoas estão a investir, com cada um a pagar as percentagens para se fazerem as obras de infraestruturas, têm estado a ser acompanhados pelos serviços técnicos do município, e do que tem nota, é um pedido da Comissão de Administração para a realização de um Protocolo para se poder ligar os esgotos, cuja rede em baixa já está feita e é necessário Protocolo, pelo que, depois da questão dos esgotos e da consolidação da estrada que não será a Câmara Municipal a fazer, mas sim os coproprietários, que através da contratação de uma empresa vão pagar, naturalmente, a Câmara Municipal vai acompanhar, até porque é a Câmara Municipal que licencia essas obras de urbanização, para que depois de serem rececionadas, a conservação, no futuro, pertencera ao domínio público, neste momento, aquelas ruas estando ainda num artigo único, onde ainda não houve divisão, fazem parte de uma propriedade única que tem um conjunto de coproprietários. Quando for emitido o alvará que permita a divisão da coisa comum, a constituição de lotes em metros quadrados, a cedência para arruamentos, para passeios, espaços verdes e outros equipamentos, poder-se-á fazer esse negócio jurídico do emparcelamento em lotes e, a partir daí, os moradores poderão fazer o recenseamento, quer do que já lá tem garantido, quer do que pretendem fazer no futuro. Não sabe dizer para quando aqui está previsto, mas adianta, que no mandato anterior, fizeram alterações ao Regulamento Municipal, para facilitar a vida às Augis, em que já não é necessário ter dos 100% das obras concluídas, nem os 100% das taxas pagas, como qualquer outro loteamento, acha que é 70% e que a partir desses 70%, a Câmara Municipal emitirá o alvará para que possam, enfim, começar regularizar as situações e, depois podem ir pagando o restante, em prestações. Espera que esta questão da ligação dos esgotos tenha desenvolvimentos nos próximos meses e oxalá tenham mais uma Augi concluída.

\_ Em resposta à Sra. Filipa Esteves (2.) e ao Sr. Armando Esteves (3.), o **Sr. Presidente** refere que, primeiro que tudo, agradece a forma clara de como ajudou a fazer um ponto de situação mais esclarecedor do que aquilo que tem conhecimento, porque não consegue ter a informação toda, não acompanha todos os processos. Contudo, a forma clara e correta como colocou o assunto, solicita que numa próxima vez, não se esqueça de contactar com a Câmara Municipal, por email, para marcarem uma ida ao local.

Esclarece que a questão da Entidade Licenciadora é uma figura que foi criada entretanto, até no âmbito do Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas de tipologia 3, está relacionado com a apetência de cada uma das indústrias. Considera que no futuro, duvida que aquela indústria, se alguma vez vier a ser licenciada, fique na categoria 3, porque foi o que entrou no âmbito do RERA e que aprovaram em reunião de Câmara e como já foi referido, o proprietário já fez muito mais do que aquilo que se propôs licenciar com base nesse regime excepcional. Depois, dizer que o município pode ter, também, algumas indecisões e pode precisar de Entidades parceiras para atuar em conjunto, porque aquilo que o IGAMAOT respondeu é uma carta tipo, não desvalorizando, mas é, de facto, uma carta tipo e a realidade não é bem assim. Nas vistorias, para produzirem os efeitos desejados, a ausência do IGAMAOT nessas duas vistorias e depois, remeterem uma carta tipo a remeterem todas as responsabilidades para a autarquia, enfim, se calhar, se tivessem comparecido quando foram convocados, já tinham ajudado este processo a decorrer de forma mais célere. Relativamente ao número de processo, tem todo o gosto em fornecer o número do processo, mas informa que a Câmara Municipal emitiu um Auto de Embargo, nos termos de um processo-crime por desobediência e, portanto, têm todo o gosto em prestar essas informações e podem vir a constituir-se como assistentes.

Em relação à questão dos pavilhões, que o Sr. Armando Esteves (3.) refere que, até admite que algumas das atividades que aquela indústria executa, possam ser feitas ao ar livre, mas com isso não está a dizer que seja correto, ou seja, algumas operações de trasfega possam ser feitas ao ar livre, que não tenha necessariamente de estar sob uma área coberta, porque se calhar no tipo de licenciamento daquelas atividades, não se consegue contrariar isso. Partindo do pressuposto que a Câmara deveria obrigar a que tudo aquilo estivesse sob telheiros, coberto, com barreiras de insonorização e cortinas de árvores, enfim, os técnicos defendem muitas soluções, mas não conseguem ter a área toda coberta porque o processo que apresentaram na Câmara Municipal e que todos os partidos e a Assembleia Municipal admitiram, era para uma desafetação da RAN - Reserva Agrícola Nacional, que foi concedida, e depois tem uma parte de REN - Reserva Ecológica Nacional e, portanto, na parte da REN, mesmo estando em discussão pública e algo que parece nunca mais ter um consenso, porque a REN é uma coisa muito sensível, é uma zona de linhas de água, de infiltração máxima, junto à estrada e é, muito complicado. Depois, o proprietário, de uma forma muito inteligente, foi tentando comprar terrenos, para que dentro da parte que tem índice de construção

agroflorestal e a parte que é excluída da RAN para passar industrial, se for aprovado, permite-lhe assim, mais índice de construção, porque se for com o atual Instrumento de Ordenamento do Território, nada daquilo que lá está é legalizável, com exceção do que foi feito há muitos anos e mais informa, existe uma licença de utilização de uso industrial, data de 1996, da parte inicial, que é anterior à publicação do PDM Plano Diretor Municipal e o proprietário agarrando-se a essa licença, faz e depois afirma que legalizará depois. Esta é uma grande "guerra" com muitos proprietários que a Câmara Municipal tem. Tantos os particulares ou empresas, sobre esta matéria, pensam que os PDM são feitos à medida de cada um e, não são. Precisamente por isso, a Câmara Municipal nem sequer deu o benefício da dúvida para aquele novo pavilhão. Porque noutras circunstâncias, com as tais obras que se tinha disposto a fazer, de isolamento, de pavimentação, apresentou um projeto para licenciar isso durante a 1ª fase, neste momento, pôs-se a fazer outras coisas, que estão a ter esses impactos negativos que os senhores muito bem contestam. Não podem obrigar a fazer pavilhões, porque não pode fazer ali mais construção, a não ser que o PDM altere, o proprietário não interrompe, e a fiscalização apenas pode fazer um Auto e depois a Câmara Municipal assina os autos de embargo, aliás foram assinados no próprio dia. O Proprietário não obedeceu, continuou a construção, processo de desobediência, processo-crime, enfim, a Câmara Municipal tem o poder administrativo, mas não tem meios para o resto. A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho tem outras informações que acrescentará. Entretanto, refere que a Câmara está disponível para fazer as medições das poeiras e do ruído, mas a outra parte do licenciamento, o prazo que referiu, está escrutinado e termina no dia 1 de maio.

Refere ainda que, quando houver condições seguras, para poderem agir juridicamente, irão agir, porque de outra forma, poderão ainda ter que indemnizar o prevaricador. Conhece muitos casos de processos que andam aí, há muitos anos, em que a generosidade e boa-fé em querer resolver, têm colocado a Câmara Municipal em problemas, portanto, sobre esta matéria, vai depois passar a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, que irá, certamente, transmitir mais elementos que possam esclarecer melhor.

\_ Em resposta ao Sr. Fernando Couto (4.), o **Sr. Presidente** refere que a Rua João da Costa, é uma rua em terra batida, cuja conservação e manutenção pertence à União de Freguesias de Poceirão e Marateca, nos termos do Protocolo de Delegação de Competências, nomeadamente, um contrato interadministrativo para o efeito. Se alguém da Junta de Freguesia lhe referiu a questão da poça, da lâmina, de abrir ou tapar um buraco, às vezes, está relacionado com questões de entradas ou de valetas, pressupõe até, que possa vir a ser necessário uma manilha, enfim, a pergunta que fez, compete à União de Freguesias do Poceirão e Marateca. Se, depois, a União de Freguesias, precisar de alguma ajuda dos serviços técnicos da Câmara para resolver algum assunto, o responsável pelo Gabinete de Participação e Cidadania fará a ligação às Juntas de Freguesia, que, aliás, têm tido várias sessões de trabalho para discutir os

Protocolos que virão em breve à reunião de Câmara. Uma vez rececionada a questão, irão fazer o ponto de situação, para saber se é uma questão que possamos ajudar a resolver, mas, em termos de intervenção no local, essa intervenção está delegada na União de Freguesias, e para isso recebe verbas significativas, para fazer esse trabalho no terreno.

Relativamente ao número de processo e data, o Sr. Fernando Couto é trabalhador da Câmara Municipal, sabe que cada vez que escreveu à Presidência, teve resposta e, a última foi para dizer que o assunto foi encaminhado, fizeram a averiguação, mas vai ter que ir ver se é matéria sigilosa ou não, mas de qualquer forma o Gabinete da Presidência irá responder-lhe por escrito, para que não haja dúvidas.

Sobre a questão da Divisão Jurídica e de ter que depor, esclarece o Sr. Fernando Couto que é assim que decorrem os processos, é prova que mandou instaurar um processo e não foi contra o senhor, nem ninguém em particular, num processo de inquérito, vão tranquilamente, com isenção ouvir cada uma das partes, apurar a verdade e, portanto, é enviado para o Jurídico, o Sr. Coordenador do Gabinete Jurídico propõe um jurista instrutor de processo, e a situação avança, o processo começa a decorrer e o procedimento é mesmo assim.

\_ Em resposta à Sra. Helena Santos (5.), o **Sr. Presidente** informa que foi adjudicado o projeto, refere ainda que hoje à noite, irão ter o "Eu Participo", e tal como já tinha dito, teriam possibilidade de fazer o ponto de situação. A elaboração do projeto em Portal Branco, Miraventos e Quinta Tomé Dias, ou seja, não é solúvel uma intervenção apenas numa das ruas, já havia falado nisso, e vão naturalmente, com essa intervenção, se chegarem a montar uma estação elevatória, tentar abarcar o maior número de ruas até, para ir ao encontro da preocupação que a Sra. Helena Santos referiu e bem, embora não seja uma obrigação da Câmara Municipal, porque se o senhor tem um sistema de quintal, ou de condomínio como há em muitos pátios, com fossas comuns, a Câmara não tem de ir fazer um sistema para essas pessoas. A Câmara faz rede à porta e as pessoas têm depois que efetuar a ligação e, isso está tudo legislado nos Regulamentos, no regime jurídico das águas e saneamento, não se trata de nenhuma imposição ou invenção da Câmara Municipal de Palmela ou de qualquer outra Câmara Municipal. Contudo, é evidente que, como estão a tentar integrar a Rua Salgueiro Maia, a Rua de Setúbal, pode ser que haja possibilidade de ligação pelo outro lado, porque para a Câmara Municipal, quantas mais pessoas estiverem ligadas, melhor para o investimento que é feito, para a faturação do serviço, e têm todo o interesse em fazê-lo.

Quanto à questão do estacionamento, desde já separar este assunto da questão dos esgotos. O estacionamento pode vir, eventualmente, a par do projeto que estão, neste momento, ainda em estudo prévio, a desenvolver para 2ª fase da ciclovia de Aires, que visa ligar o corredor ciclável que ficou na Rua Lino dos Reis e que irá atravessar uns terrenos, passar por uns arruamentos e ir dar ao Padre Nabeto, junto ao clube e depois ligar à estrada Nacional. O que foi definido para

os técnicos municipais começarem a estudar, porque antes de encomendar o projeto no exterior, uma vez que essa é uma obra que vai ser candidatada a fundos comunitários, a solução que induziram para que os serviços desenvolvessem é a seguinte: uma zona mista para circulação a pé e de bicicleta, mista e em algumas zonas galgável, ou seja, não é nenhum corredor separado em cima de um passeio com lancil, é uma zona em que os carros estão de um lado, as pessoas e as bicicletas tranquilamente passam do outro e se for preciso uma carga e descarga através do tracejado pode haver possibilidade de transpor e na zona frente ao café e outras zonas, em função dos terrenos que já pertencerem ao domínio público, vão procurar criar algumas bolsas de estacionamento.

Relativamente à questão do estacionamento, é hoje uma discussão mirífica, na medida em que toda a gente acha que tem direitos, mas ninguém contribuiu para os deveres, por exemplo, uma pessoa tem um alvará para comércio e vendia pastilhas elásticas, depois foi trespassado e passou a vender artigos de conveniência num minimercado, antes paravam 20 carros por dia à porta, com o minimercado param 200 carros, se depois fizer desse espaço um restaurante, que pode continuar, porque foi licenciado em alvarás antigos em que o estacionamento era dentro do lote eram 2 ou 3 carros à porta, esse restaurante, hoje, na hora do almoço poderá comportar uma série de carros. Portanto, hoje quando fazem um loteamento novo, obrigar a um determinado número de estacionamento, consegue-se fazer e acomodar todas essas necessidades, mas em zonas antigas, já não é possível fazer o ordenamento do espaço público e do trânsito com as regras que defendem atualmente, com o 163/2006, com os passeios de um metro e meio, com os lugares de estacionamento, já não é possível. Ainda assim, refere que têm tido o engenho e arte, para criar algumas bolsas de estacionamento e sobre esse projeto ainda antes de o encomendar, têm o compromisso de o discutir com a Junta de Freguesia de Palmela, com os residentes, para ver se, efetivamente, agrada e resolve alguns assuntos.

Quanto ao caminho, entre a vivenda alentejana e o abrigo da camioneta, não está a perceber, assim de memória, se esse caminho é público ou privado, mas será um assunto que irão estudar e analisar, para melhor esclarecimento.

*A Sra. Helena Santos fala sobre este caminho, mas não fala ao microfone e é impercetível na gravação em áudio, pelo que não é possível fazer a transcrição.*

O **Sr. Presidente** refere que em relação aos números de polícia, o seu vizinho e concidadão, só tem de se dirigir à Câmara Municipal e requerer o número de polícia, os serviços municipais e o Sr. Vereador tratarão do resto.

\_ Em resposta à Sra. Filipa Esteves (2.) e ao Sr. Armando Esteves (3.), a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que, tentando responder primeiro objetivamente e depois fazer algum enquadramento, esclarece que relativamente ao Auto de Vistoria, existe um terceiro e

será a partir de 1 de maio, ou seja, os 60 dias que foram dados à empresa, para, na sequência de um outro Auto de Vistoria, reformular algumas questões, essa empresa entregou elementos que foram remetidos às várias Entidades, que legalmente têm que se pronunciar, e esse prazo legal para essas Entidades se pronunciarem, termina dia 1 de maio. Portanto, só após esse prazo de pronúncia, prazo para recolher o parecer de todas as entidades, é que todas elas serão convocadas novamente, pela autarquia a fazer a 3ª vistoria. A contagem do prazo faz-se, sempre, a partir da data da receção, por parte de quem tem de atuar ou seja, se enquanto Vereadora, convocar o particular para fazer determinada obra, o prazo conta-se a partir da data da receção por parte do particular; Se for para entidades externas se pronunciarem, conta-se o prazo, a partir da data em que elas rececionam o pedido para pronúncia.

Refere que entende e todos os presentes, certamente, acompanham a frustração que existe entre vós, não só os que estão aqui presentes, como todos os outros que não estão, mas, de alguma forma, se sentem representados pelos senhores e a situação é de uma grande ansiedade e é, de facto, motivo de frustração. Refere que também é uma pessoa de afetos, não é só o nosso Presidente da República "e, portanto, também sente, quando as culpas são atribuídas, injustamente, porque cresceu numa família onde sempre se valorizou os afetos e a justiça e, portanto, também admite que, às vezes o poder local, sendo um poder local de proximidade" e à sua porta que toda a gente hoje em dia bate, para resolver todas as questões, aquelas que as autarquias tem necessariamente, competências e o dever de atuar e outras, para as quais não tem qualquer competência e, como o Sr. Presidente disse, se atuarem sem fundamento jurídico, somos nós os culpados, não só com responsabilidade financeira, como inclusivamente com a sanção pior, que é a perda de mandato.

A Câmara atua nos limites da lei, por isso é que estamos num estado de direito democrático, portanto temos um ordenamento jurídico, temos várias entidades com competências e cada uma delas, atua na estrita competência que lhe é atribuída; Se por acaso ultrapassar esse limite, as consequências recaem não só para os técnicos que possam vir a propor, no fundo, um ato que é inválido, como para os políticos. Mas isto para dizer, uma vez mais, que a Câmara Municipal está convosco e se cada um de nós estivesse, no vosso lugar, também sentiríamos frustração. Há um sentimento de impotência, enquanto autarcas, porque só podem atuar dentro dos limites da lei e quem, de facto, faz a lei é à Assembleia da República. Isto para esclarecer a Sra. Filipa Esteves, quando falou da entidade coordenadora, o que de facto, significa ser entidade coordenadora, não absorve aquilo que são as competências das outras entidades, como o nome indica que só coordena é, no fundo, o pivot que terá que recolher das outras entidades, tudo aquilo que é da sua jurisdição. Ora, o que é que se tem estado aqui a assistir, recuando um pouco no tempo, esta empresa no início, não era da competência da autarquia o licenciamento da atividade, mas sim da Direção Regional de Economia, ao contrário do que o Sr. Armando Esteves disse, afinal, também tiveram o seu tempo e não ficou resolvido,



tanto não ficou resolvido que se assistiu, inclusivamente, à transferência do problema com uma alteração legislativa, para a Câmara Municipal.

Relativamente ao Ministério da Economia e Direção Geral de Economia um parecer jurídico sobre isso, o que aconteceu foi o seguinte, na alteração legislativa que veio a alterar a classificação das indústrias; há uma norma transitória que dá conta que ainda as indústrias tipo 3, passassem a ser competência das autarquias, se o procedimento já se encontrasse a decorrer na DRE, permanecia esta entidade como competente. No entanto o que fez a Direção Regional de Economia, de forma "muito inteligente", como esta empresa fez obras novas, entendeu meter tudo no mesmo saco e dizer que agora a responsabilidade seria da autarquia, porque é uma obra nova e esqueceu-se que, para além disso, já havia situações ilegais anteriores que estavam por resolver. Portanto, há muita dúvida sobre de quem é, de facto, a competência. Entendeu a Câmara Municipal, com base no parecer jurídico que os municípios, não têm que estar no "meio deste jogo como se fossem uma bola de ping-pong" e fecharam o assunto como se fosse da Autarquia. Como tal, abraçaram este assunto, e ao contrário também, do que foi dito, a Autarquia fez o que a lei permite, e a lei só permite levantar autos de embargo e o Gabinete de Fiscalização, assim o fez, a lei permite à autarquia levantar um auto de desobediência, assim foi feito, tendo remetido ao Ministério Público, para desenvolver o seu procedimento judicial, do qual aguarda os seus trâmites. Obviamente, que o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal irá fornecer o número do processo, até porque a prática que, muitas das vezes, têm, e isto não é uma crítica ao sistema judicial, é que muitas das vezes, os juízes não estão muito "despertos" para estas questões urbanísticas, porquê para eles por vezes, "são questões menores", e como os tribunais estão cheios de outros processos, de outros assuntos que são mais pesados, portanto, muitas destas situações ficam prescritas ou acabam por arquivar "por dá cá aquela palha". Portanto, considera que deve exercer o seu direito, pedindo explicações ao Ministério Público. A Câmara Municipal atuou, atuaram, sem prejuízo do que o Sr. Vereador Pedro Taleço entenda dever aduzir, se assim o entender, na esfera daquilo que são as competências da fiscalização municipal. O Regime do Exercício da Atividade Industrial (RERAE), é mais uma vez, da competência da Assembleia da República, muitas das vezes bate-se à porta do elo mais fraco, que é a Câmara Municipal e não à porta de quem se deve realmente bater. Este regime, o RERAE, veio permitir que este tipo de indústrias, que estão ilegais, esteja a exercer a sua atividade com uma autorização provisória, e limita o poder das Autarquias naquilo que seria o encerramento do estabelecimento. Como costuma referir, o legislador dá com uma mão e tira com a outra, e quem fica prejudicado, são os municípios e os cidadãos que, de alguma forma não conseguem fazer valer os seus direitos, neste caso, em causa questões de ambiente e de saúde pública.

Poderá ainda o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, pronunciar-se sobre, se existirá ainda alguma coisa, que possam fazer mais, certamente, que, o que se fez foi, aquilo que a autarquia tinha, nos termos da lei, possibilidade de fazer. Têm é que, de alguma forma, contrariar este

sistema judiciário que o país tem e o sistema legal que existe, porque continuam a legislar sem conhecer o país real e depois dá nisto, em que há leis que são inexecutáveis e faz com que os cidadãos estejam anos a viver uma situação, que ninguém quer ter, que ninguém quer passar.

A **Sra. Filipa Esteves** questiona se está a ser analisada alguma alteração ao PDM, para que aquela zona passe a industrial?

O **Sr. Presidente** informa que entrou um requerimento da empresa e de outras empresas da zona, nesse sentido, mas não abrange toda a zona era apenas a zona onde ele esteve instalado inicialmente. Acabou por ser mais um pouco, porque a Comissão da Reserva Agrícola Nacional RAN aceitou a desafetação daqueles solos do uso agrícola para esse efeito. A outra parte que pertence à REN (Reserva Ecológica Nacional) é mais difícil que venha a acontecer e, portanto, quando o processo entrou, estava dentro da área que o proprietário já tinha, de um lado e do outro, entretanto, tem estado a avançar para Sul. Esclarece que foi essa situação que levou à assinatura do auto de embargo.

*Existem interrupções de áudio na gravação, pelo que não é possível a transcrição das interpolações da Sra. Filipa Esteves.*

O **Sr. Presidente** clarifica que não vai haver zonas industriais novas, nem ali, nem em outro ponto do Concelho, já existem parques industriais e no futuro, o que está no PDM, são zonas previstas para atividades económicas e algumas dessas atividades económicas dispersas, vai ser possível serem regularizadas, mas não ampliadas.

*Os munícipes, Sra. Filipa Esteves e o Sr. Armando Esteves interrompem a intervenção do Sr. Presidente, diversas vezes e em simultâneo, sem falarem ao microfone, pelo que não é perceptível em áudio, para a devida transcrição em ata.*

O **Sr. Presidente** esclarece que não se trata de uma questão de indústrias, boas ou menos boas, mais poluidoras ou não. Em termos de ordenamento do território, defendem e julga que toda a gente não consegue defender o contrário, a não ser alguns tacticistas políticos em épocas pré-eleitorais, é por isso que há zonas para as indústrias se fixarem. Existem sítios para a fixação de empresas e há sítios para os usos residenciais. Aquela zona, era uma zona de quintas que podia ser fracionada, antes do PDM, ao abrigo de uma de uma legislação que demorou muito tempo a ser revogada, permitiu a constituição daquele tipo de fracionamento, e era na lógica da casa de apoio da pessoa que trata da quinta do agricultor, foi assim que começou este tipo de emparcelamento. Depois, com a ausência do instrumento de planeamento, começaram a surgir ali outros usos, porque antes de haver PDM, que tinha aquela zona como quintas de residência e agrícola, já lá estava licenciada por outra entidade, desde 1996 já estava recenseada, licenciada, aquela indústria. O município, sem prejuízo da leitura, se tem que chamar para determinada vistoria as entidades A, B ou C, já decidiu o que vai fazer nesta matéria. Nas outras questões de natureza urbanística e do licenciamento, até porque o processo do RERAE deve estar a terminar o prazo, aquela licença provisória tem um

prazo e o Município vai ter que fazer o ponto de situação e depois, irão tomar as medidas em consonância com a situação.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** sobre a questão ambiental e do ruído clarifica que a situação dessa poluição é por demais notória, ou seja, basta ir à rua e vê-se e, infelizmente o nosso ordenamento jurídico não permite que seja por uma questão visual, a prova tem de ser feita através de técnicos habilitados e credenciados, tem de haver uma medição à qualidade do ar e é a Lei que o exige, e é nesta situação que se diverge, porque a entidade coordenadora não significa ter as competências todas. A competência para a medição da qualidade do ar e do ruído, não é da Câmara. Essa competência é da responsabilidade de uma Entidade da Administração Central que de alguma forma, agora se escuda pela “abertura” que a Câmara Municipal teve ao decidir ir além “da letra da lei” e considerando que os munícipes não podem continuar nesta situação, determinando que vai fazer essa medição. Mas mesmo assim e mesmo que essa medição diga que existem ali níveis absolutos, a Câmara Municipal, continua para já sem poder para mandar encerrar aquela indústria, tem que ser a outra Entidade da Administração Central, que é a que tem competência para tal. Contudo a Autarquia está a fazer o caminho juntamente convosco.

Se a empresa tivesse gente de “bom senso”, já teria tentado arranjar uma medida mitigadora, (independentemente do que a lei permite), sabendo que está a prejudicar a vida das pessoas que ali residem, já poderia ter tomado alguma medida para evitar essa situação.

A **Sra. Filipa Esteves**, interrompe e refere que o proprietário diz que tencionava, mas que a Câmara Municipal não o deixa, tomar essas medidas.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que em atendimento com o proprietário da indústria, foi o mesmo informado que poderia mitigar a situação, mas no que respeita à construção de pavilhões, novas construções as mesmas não poderiam ser de carácter permanente, porque a lei não o permite. Ainda assim, o proprietário tem estado a ampliar a atividade, mesmo sabendo que está a contrariar a lei.

O **Sr. Armando Esteves** refere que o proprietário dessa indústria lhe disse que se a Câmara o deixasse fazer um pavilhão, que se acabava aquelas poeiras.

O **Sr. Presidente** refere que isso não passa de uma estratégia, porque o proprietário sabe muito bem que não pode construir mais área ali, e se ele se tivesse cingido à área inicial, possivelmente poderia lá ter construído algo que lhe permitisse colocar a matéria-prima, mas o problema, é que ele já fez outra área de laboração, outra linha de trabalho e continua, portanto, ele sabe muito bem que nenhuma Câmara pode licenciar mais área coberta ali, mais área bruta de construção e nem sequer pode licenciar a impermeabilização do solo que é a questão da zona da REN.

Relativamente à medição, a Câmara precisa de ter um instrumento de uma entidade certificada, que será uma prova, para ser reconhecida junto das instâncias, seja do tribunal, seja até da Entidade que devia ter a obrigação de medir e não mediu, mas é essa entidade que tem, na legislação, a competência de dizer se isso ultrapassa os parâmetros ou não, previstos na lei, se constitui infração ou não. A Câmara Municipal não pode multar indústrias por incumprimento da qualidade do ar.

Considera que esta situação vai ter desenvolvimentos, nos tempos mais próximos, e não consegue dizer à Sra. Filipa Esteves se vai acontecer dentro de um mês ou dois, aliás, nem tencionam anunciar a medida que vão tomar. O Sr. Vereador Pedro Taleço, neste momento, não têm qualquer limitação financeira para o fazer, portanto, há que decidir altura certa de fazer esse procedimento e de adjudicar esse serviço. Até lá, considera que, periodicamente, deverão manter o contacto com os senhores, para saber a evolução da situação e até para vos dar também o número dos processos, os senhores podem constituir-se como assistentes no processo, juntamente com a Câmara Municipal.

\_ Em resposta ao Sr. Fernando Couto (4.), o **Sr. Presidente** refere, entretanto, que até já foi chamado à atenção, porque existem questões sobre a matéria dos processos de inquérito, que não devem ser pronunciados pelo executivo e há um princípio aqui, de facto, que não é por acaso, que os políticos, os eleitos, não têm qualquer intervenção nestas situações.

Apenas o pode informar que existem 3 processos de inquérito sobre o assunto, tem nota que o Sr. Fernando Couto não foi ouvido em 2 deles por impossibilidade de notificação e, naturalmente, vai voltar a ser contactado para o efeito. Naturalmente que não vai aqui referir o número dos processos, mas o senhor vai ter acesso ao processo, dirigindo-se ao Gabinete Jurídico. Garante, também, que da parte da presidência e da parte de todos as senhoras e senhores vereadores presentes, não será ouvido aqui em reunião de Câmara, qualquer apreciação sobre a matéria, de facto, que está em processo de inquérito, porque não têm acesso à matéria. A gestão administrativa do Gabinete Jurídico é autónoma nestas matérias, aliás, o instrutor do processo é autónomo e aquilo que concluir, ele ou ela, e propor, é da sua inteira responsabilidade e se houver ou não, porque num processo de inquérito não há propriamente nenhuma decisão, ou seja, depois do processo propriamente dito, poderá não haver qualquer processo disciplinar, não há aqui qualquer processo disciplinar, é um processo de inquérito.

O **Sr. Fernando Couto** refere que o Sr. Presidente não pode, eticamente, dizer o número do processo, ele também não pode dizer o número do processo.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Fernando Couto é livre de dizer aquilo que quiser.

O **Sr. Fernando Couto** volta a referir que eram dois processos e agora mais um terceiro, o n.º 1 de 2018, porque foi chamado à força depor sobre esse processo e, por que razões não lhe deram conhecimento dos outros dois processos. Os outros dois processos, foram, a sua denúncia.

O **Sr. Presidente** esclarece que não foi ouvido por impossibilidade de notificação, aliás o senhor referiu que não se deixou notificar, mais não seria possível fazer.

O **Sr. Fernando Couto** questiona porque é que não foram até à sua residência notificar dos outros dois e vieram agora fazer sobre este.

O **Sr. Presidente** esclarece mais uma vez que está sempre disponível para o ouvir aquilo que, efetivamente serve para alcançar algum resultado, mas não resolvem nada sobre estas matérias, aqui em reunião de Câmara.

O **Sr. Fernando Couto** refere que este processo é para tratar da exoneração do seu cargo. Refere que deu conhecimento por escrito ao Sr. Presidente e a todos os/as Srs./as Vereadores/as, da sua situação e não fizeram nada. O Sr. Presidente respondeu por ofício, mas já tinha passado o prazo de abrir um inquérito e foi consultar a lei e com base nesse processo, nessa denúncia nesse processo, porque foi fazer queixa à GNR e foi para o tribunal, isto é um processo que tem de ver com ódio, não é com a Câmara, já é com o senhor Presidente, que não tomou as atitudes que devia ter tomado por lei. Entretanto, não se esqueça da exoneração, porque também o estão a tentar, é o que deduz, pela forma como estão a tratar do caso. Há 17 anos que trabalha na Câmara, deram-lhe a oportunidade porque estavam a dar oportunidade às pessoas com deficiência para serem uteis e considera que foi útil e depois meteram-no num sítio onde nem sequer devia ter estado, a fazer esforços físicos e depois psicológicos também. Quando há muita gente, há sempre conflitos, mas sempre se entenderam e sempre fizeram o trabalho bem e depressa, mas a sua situação física deve-se a esse esforço de 17 anos, porque esteve dois anos na pintura, mais um ano na carpintaria, na serralharia, depois foi carregar palcos e mobílias, subir escadas e descer escada, e para a sua condição física é impossível, as pessoas que estão lá, têm pujança física queixam-se, e olhem a sua situação física, tem problemas na anca e no joelho, só com comprimidos.

Existem ali pessoas que andavam a varrer ruas, que têm pouca escolaridade e a certa altura passaram para trás de um computador e isto foi falado por toda a gente sabe. Refere que tem o 10º ano incompleto e tem feito muitos cursos, de todos os géneros, de higiene e limpeza, computadores, mas quer trabalhar, num trabalho em que seja útil. Refere que o Sr. Vereador Adilo Costa deixou um recado à senhora secretária dele, porque ligou muitas vezes para saber do requerimento e a resposta foi que o médico disse que podia pintar e tinha que ir para a pintura. Ora se pode pintar com um balde de 20 litros um dia inteiro em pé. Refere que sabe ler e escrever, porque é que não pode ir para trás de um computador, numa secretária e fazer um serviço compatível ou outro serviço, até conduzir, porque pode conduzir, há muitos trabalhos

que pode fazer com muita competência e quando uma pessoa é dedicada e tem vontade e brio ultrapassa por cima de muita coisa. Não é qualquer um que o consegue vencer a trabalhar, tem que ter muita pujança e vontade, porque a sua vontade move montanhas e se diz alguma coisa errada, pede desculpa, mas quer exigir os seus direitos tal e qual como exigiram os seus deveres.

O **Sr. Presidente** esclarece que ouviu atentamente e a vantagem do Sr. Fernando Couto é que o senhor pode dizer aquilo que entender, e nós, porque temos outra compreensão do assunto e outra ética, não podemos dizer determinadas coisas, não podem, porque estão no âmbito de um processo, aliás, de vários processos de inquérito e, portanto, não vai aqui retorquir nada sobre esse assunto, se estão em acordo ou desacordo. E volta a afirmar, que sobre essa matéria, não é neste fórum que terá respostas da Câmara Municipal, irá ter respostas, depois, dos processos estarem resolvidos e no âmbito dos serviços municipais, porque são esses que sabem, nomeadamente, a saúde ocupacional, do médico de família. O executivo apenas recebe o relatório e dá instruções aos serviços para o enquadrar em termos de mobilidade; é isso que tem sido feito a centenas de casos, ao longo de muitos anos nesta Câmara Municipal, portanto, não vale a pena dissecar esse assunto, porque este não é o local para isso e quem está a fazer a instrução de todos os processos e aferição das questões, são pessoas com autonomia não dependem de nenhum eleito, nem da vontade do Presidente, nem da vontade de nenhum vereador. Considera que se deve aguardar serenamente essa situação, assim como em outras situações.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das dezanove horas e dez minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Pacheco*